

GRANDES CHEFES DA
HISTÓRIA DE PORTUGAL

COORDENAÇÃO DE

ERNESTO CASTRO LEAL
E JOSÉ PEDRO ZÚQUETE



ÍNDICE

Este livro respeita a ortografia anterior ao Novo Acordo Ortográfico.

TÍTULO: Grandes Chefes da História de Portugal
COORDENAÇÃO: Ernesto Castro Leal e José Pedro Zúquete
AUTORES: José de Almeida, Rui Bebiano, Miguel Cardina, Paulo Ferreira da Cunha, Miriam Dolhnikoff, Nachman Falbel, Manuel M. Cardoso Leal, Ernesto Castro Leal, Riccardo Marchi, João Gouveia Monteiro, António dos Santos Pereira, Bruno Cardoso Reis, Manuela Tavares, Eduardo Cintra Torres, António Júlio Trigueiros, António Ventura e José Pedro Zúquete
©2012, Ernesto Castro Leal, José Pedro Zúquete e Texto Editores
REVISÃO: José Eduardo Didier

CAPA: Maria Manuel Lacerda
PRÉ-IMPRESSÃO: Leya, S.A.
IMPRESSÃO e ACABAMENTOS: Multitipo

1.ª Edição • Fevereiro de 2012
ISBN: 978-972-47-4491-9
Depósito Legal: 353 020/12
Reservados todos os direitos

Texto Editores
Uma editora do Grupo Leya
Rua Cidade de Córdova, n.º 2
2610-038 Alfragide
www.textoeditores.com
www.leya.com

É proibida a reprodução desta obra por qualquer meio (fotocópia, *offset*, fotografia, etc.) sem o consentimento escrito

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I O Chefe Lusitano	15
José de Almeida	
CAPÍTULO II O Chefe Militar	41
João Gouveia Monteiro	
CAPÍTULO III O Chefe Judaico	63
Nachman Falbel	
CAPÍTULO IV O Chefe Aventureiro	85
António dos Santos Pereira	
CAPÍTULO V O Chefe Jesuíta	107
António Júlio Trigueiros	
CAPÍTULO VI O Chefe Luso-brasileiro	125
Miriam Dolhnikoff	
CAPÍTULO VII O Chefe Liberal	149
Manuel M. Cardoso Leal	
CAPÍTULO VIII O Chefe Maçónico	169
António Ventura	

CAPÍTULO IX	A Chefe Feminista	193
	Manuela Tavares	
CAPÍTULO X	O Chefe Republicano	205
	Ernesto Castro Leal	
CAPÍTULO XI	O Chefe Fascista	237
	Eduardo Cintra Torres	
CAPÍTULO XII	O Chefe na Extrema-direita	265
	Riccardo Marchi	
CAPÍTULO XIII	O Chefe Comunista	287
	Rui Bebiano e Miguel Cardina	
CAPÍTULO XIV	O Chefe Diplomático	311
	Bruno Cardoso Reis	
CAPÍTULO XV	O Chefe Constitucional	335
	Paulo Ferreira da Cunha	
CAPÍTULO XVI	O Chefe Imaginário	355
	José Pedro Zúquete	
LISTA DE AUTORES		402
ÍNDICE REMISSIVO		404

INTRODUÇÃO

Devido à inexistência de obras especificamente dirigidas, de uma forma comparativa, aos temas da chefia e da liderança na História de Portugal este livro preenche uma lacuna. Assim, *Grandes Chefes da História de Portugal* aborda a figura do «chefe», o seu trajecto, influência e simbolismo, em várias áreas humanas, sociais e políticas ao longo do tempo, exemplificando com figuras e episódios relevantes. Além disso, este livro visa corresponder ao espírito dos tempos. Ou seja, desde o início deste complicado e difícil século XXI português que se tem ouvido falar da ausência de «chefes» em Portugal. Embora a palavra utilizada seja geralmente outra, pois «chefe» caiu em desuso (é mais comum ouvir falar na falta de «líderes» em Portugal, uma palavra adaptada ao pós-autoritarismo), é quase impossível não reparar nesse queixume, revelador de um sentimento que se diria geral. Para além disso, e depois de muitas décadas de domínio de uma historiografia que valorizava as estruturas e as forças colectivas na história, este livro representa uma viragem para o estudo do papel do indivíduo nessa mesma história, não no sentido da apologia do heroísmo individual, mas no reconhecimento da importância de determinadas figuras históricas, e da capacidade que tiveram em marcar as épocas em que viveram.

Etimologicamente, a palavra «chefe» vem do latim, associada à imagem de «cabo». Daí que a palavra «chefe» seja associada a outras como «cabeça» ou «cabeceira», exprimindo sempre a ideia mais geral de «condutor», ou seja, de alguém, ou algo, que

CAPÍTULO XVI
O CHEFE IMAGINÁRIO

JOSÉ PEDRO ZÚQUETE

«SEM HAVER CHEFE QUE MANDE»:
O SEBASTIANISMO EM PORTUGAL

«Eu nunca esperei por Dom Sebastião,
até porque só tenho de português a circunstância
de ter nascido em Portugal.»

Ruy Belo¹

«Todo o português que não é sebastianista é um traidor.»

Fernando Pessoa²

Quando, no dia 4 de Agosto de 1578, na planície que rodeia a cidade marroquina de Alcácer-Quibir, no culminar de uma batalha sangrenta e irremediavelmente perdida, o fidalgo D. João de Portugal diz a el-rei D. Sebastião que a morte era certa, este respondeu-lhe: «Morrer sim, mas devagar»³. Os ecos desta frase, desta despedida em jeito de desafio, perduraram no tempo e Agustina Bessa-Luís chama-lhe mesmo «uma das mais belas que

¹ *Público* (2008).

² Pessoa (2012: 123).

³ Velloso (1935: 391).

se podem proferir num momento em que o delírio atinge o seu auge, o delírio da morte»⁴. Mas tão devagar D. Sebastião quis morrer que, para muitos, e por muito tempo, ele acabou por nunca verdadeiramente morrer. Tornou-se símbolo, mito e destino. Imperecível, D. Sebastião permaneceu no tempo, imortalizou-se; mas não como lembrança, imóvel, mas como promessa de regresso. Que melhor prólogo pode haver para uma incursão pelo sebastianismo luso do que estas últimas palavras do rei que está na sua origem? Desse rei que, embora entregando-se à morte, não conseguiu morrer? A História de Portugal que se seguiu mostraria bem como prematura tinha sido essa sua despedida. Esse adeus interrompido.

O Sebastião Histórico

Não se vai tratar aqui da descrição detalhada da vida do décimo sexto rei de Portugal⁵. O que se vai fazer é o acompanhamento de episódios significativos da sua vida, assim como do contexto político e cultural em que esta se inseriu, de forma a compreender as razões que o levaram àquela que seria a batalha final pelo seu reino. Esse momento, em que o rei vivo, morrendo ou não, se tornou póstumo, dá início ao sebastianismo. Seria custoso ignorá-lo e a tudo o que o antecedeu.

O ncto de D. João III deve o seu nome ao dia em que nasceu: 20 de Janeiro, dia de São Sebastião, o mártir cristão. Nesse ano de 1554, pouco tempo antes do seu nascimento, tinha morrido o seu pai, o príncipe-herdeiro D. João, com apenas 16 anos. Sua mãe, D. Joana, castelhana, era irmã do futuro rei Filipe II de Espanha (o qual, por sua vez, tinha casado com a irmã de D. João, a infanta D. Maria). A própria rainha de Portugal, D. Catarina, casada com D. João III, era castelhana e irmã do imperador Carlos V. Toda esta teia de uniões, e de consanguinidade, poderia facilmente pôr em causa a independência do reino, caso houvesse uma crise de sucessão. E no período de tempo, cerca de vinte dias, que

⁴ Bessa-Luís (2010: 105).

⁵ Para tal fim existem, por exemplo, a biografia clássica de D. Sebastião, da autoria de Queiroz Velloso (1935), a merecer reedição, e, já neste século, a de Maria Augusta Lima Cruz (2009). Sobre a bibliografia referente a D. Sebastião e ao sebastianismo ver a exaustiva e detalhada obra de Vítor Amaral Oliveira, *Sebástica* (2002).

passou entre a morte do príncipe D. João e o nascimento do seu filho, tal como descrevem cronistas, esse receio foi bem visível. A notícia do nascimento de um filho varão deu lugar ao júbilo popular, nas ruas, em procissões, e nos púlpitos, e assim nasceu o cognome de D. Sebastião, «O Desejado». Logo se atribuiu um carácter providencial ao seu nascimento, pela pena de escritores, poetas e dramaturgos conterrâneos, como Diogo de Teive («aquele rei que por milagre nos foi dado»), António Ferreira («no teu tão milagroso nascimento»), Aquiles Eçaço («rei caído do céu») ou André de Resende («rei alcançado da divindade pelas súplicas»)⁶. Mas ninguém melhor do que Luís Vaz de Camões para caracterizar, no Canto I de *Os Lusíadas*, essa criatura miraculosa, como a «maravilha fatal da nossa idade, dada ao mundo por Deus». E assim, a aura de D. Sebastião, como ser especial, desejado ainda antes de ter vindo ao mundo, sairia reforçada, como ser predestinado, após o seu nascimento.

Aos 14 anos de idade, D. Sebastião assumiu plenos poderes como rei de Portugal. Antes disso, a regência do reino tinha sido entregue a sua avó, D. Catarina (viúva de D. João III, que tinha morrido quando D. Sebastião tinha 3 anos de idade), e depois ao cardeal D. Henrique (irmão de D. João III). A recém-formada Companhia de Jesus, defensora de um catolicismo de acção e combativo, teve um papel importante na sua instrução, sobretudo através do sacerdote Luís Gonçalves da Câmara, seu mestre de estudos e, também, confessor (já o seu irmão, Martim Gonçalves da Câmara, desempenhará importantes funções governativas, como escrivão da puridade e desembargador do paço). A sua educação contribuiu para a extrema religiosidade do futuro rei («devoto» e «muito abeatado», referem os cronistas)⁷. A imagem que D. Sebastião tinha de si próprio como defensor da cristandade radica-se, em parte, no meio cultural e espiritual onde cresceu.

Mas também o contexto histórico ajudará a moldar e a orientar o futuro rei não só na defesa da fé cristã, como no expansionismo territorial antimuçulmano. Em termos de política nacional, após as conquistas no Norte de África viviam-se tempos de retrocesso, com a evacuação de praças africanas (entre as quais

⁶ Ramalho (2005: 351) e Oliveira (1990).

⁷ Velloso (1935: 95).

Alcácer-Quibir), decretada em meados do século por D. João III. Esse sentimento de recuo e fragilidade tornou-se ainda mais concreto com o cerco que um exército mouro fez à praça de Mazagão (hoje em dia, a cidade de El Jadida), na costa atlântica de Marrocos, em 1562. Este assédio, que durou mais de dois meses, gerou em Portugal uma onda popular de apoio, financeiro e em soldados, e acabou por falhar, com a vitória dos sitiados. Permaneceu, contudo, como símbolo do avanço e perseguição moura aos portugueses em África. Neste contexto, não admira que, no final desse ano, nas Cortes reunidas em Lisboa, à qual assistiu D. Sebastião, com 8 anos de idade, os representantes do povo, clero e nobreza solicitassem que não se largassem «os lugares de África, nem Mazagão», e que «no Algarve se façam fortalezas, onde parecerem necessárias». Num dos documentos saídos das Cortes afirmava-se «ser mais justa e conveniente a conquista de África, que a da Índia», por razões de proximidade geográfica, «estava perto... e convinha domá-la e estender nela o império lusitano»⁸. A questão da independência nacional também esteve presente nestas Cortes. Os conselhos para a educação de D. Sebastião são feitos numa perspectiva anticastelhana, pois o futuro rei deveria ser criado «nos costumes do antigo Portugal». Que «vista à portuguesa, coma à portuguesa, cavalgue à portuguesa, fale à portuguesa», e que «todos os seus actos sejam portugueses»⁹. O fortalecimento da política africana e da independência nacional faziam parte do espírito do tempo. Finalmente, na política internacional, o combate entre cristãos e muçulmanos estava na ordem do dia, sobretudo devido ao expansionismo otomano no Mediterrâneo, evidente na tentativa fracassada de expulsão dos cristãos da ilha de Malta e, sobretudo, na batalha de Lepanto (1571), que assinalou a derrota da armada turca por forças cristãs, de grande repercussão na época¹⁰.

Uma compreensão mínima do reinado de dez anos de D. Sebastião requer, portanto, que se atente à sua educação, ao contexto nacional e internacional, mas também à personalidade do próprio rei. Dos testemunhos coevos um traço psicológico

⁸ Velloso (1935: 91).

⁹ Velloso (1935: 64).

¹⁰ Essa «actualidade» da guerra aos infiéis é referida por Monteiro (2009: 262).



Retrato de D. Sebastião, por Vieira Lusitano (1736), em *Memórias para a História de Portugal, Tomo I*, de Diogo Barbosa Machado.

que sobressai é a impetuosidade de D. Sebastião; impulsivo, agindo por capricho, e às vezes colérico. Esta sua característica tinha ainda mais consequências se tivermos em conta que se estava na antecâmara do absolutismo régio, que iria fazer da vontade do rei algo ainda mais supremo e incontestável. Não estranha que D. Sebastião se tenha cercado de uma *entourage* de validos, muito jovens como ele, criticados como estouvados nas crónicas da época, que se reviam na juventude e ardor do rei, acompanhando-o nas muitas actividades físicas (como as montarias), desportivas e militares e ao qual não contrariavam mas

adulavam. E quanto mais se afastou da companhia e dos conselhos da rainha sua avó e do cardeal D. Henrique, mais se aproximou deste grupo de jovens que ecoavam as suas vontades e os seus desejos.

Ao mesmo tempo, não é possível compreender as acções de D. Sebastião em prol do seu reino sem ter em conta a ligação que o rei, desde cedo, revelou em relação à memória da nação¹¹. O culto da nacionalidade portuguesa, do seu território sagrado, e dos lugares e heróis que objectivavam essa idade de ouro da grei desempenharam um papel fundamental na visão que o rei tinha do seu papel na história. Mas o culto desse passado não era frio e distante, mas filial e até físico. As suas viagens pelo reino demonstram-no. Em Ourique, por exemplo, D. Sebastião fez questão de ir ao campo onde supostamente teve lugar a batalha onde D. Afonso Henriques derrotou cinco reis mouros. Recusou-se mesmo a pisar a cavalo aquele lugar sagrado. E aí mandou construir um arco de triunfo¹². Na igreja de Santa Cruz em Coimbra visita o túmulo de D. Afonso Henriques, beija-lhe a espada e pediu para a guardarem bem, pois ainda havia de se servir dela no combate contra os mouros (e assim foi, antes da sua segunda, e derradeira, partida para África, pediu ao mosteiro a espada e o escudo do primeiro rei de Portugal, que levaria consigo). Esta veneração pela espada e pelo escudo do primeiro rei de Portugal, como símbolos de conquista e guerra, e depositários de atributos divinos, estava enraizada nas mentalidades desde a Idade Média¹³. No mosteiro da Batalha ordenou a abertura da tumba de D. João II, mandou erguer ao alto o cadáver incorrupto, tomou-lhe a espada, e disse: «este foi o melhor oficial que houve do nosso ofício... este é o meu rei»¹⁴. É como se através do contacto físico o rei tentasse restabelecer o vínculo com as grandezas do passado. A própria recepção triunfal, em 1572, que o rei concedeu ao vice-rei da Índia, D. Luís de Ataíde, após os seus sucessos militares em Goa (que incluíram desbaratar o cerco da cidade feito por forças inimigas), insere-se nesta dinâmica de reactivação da glória, adormecida, da nação. Os seus

¹¹ Sobre este ponto, ver Cruz (2009).

¹² Cruz (2009: 259).

¹³ Mattoso (1993: 222-229).

¹⁴ Velloso (1935: 130-131, 297).

feitos foram divulgados em todo o país por ordem do rei, e uma procissão solene honrou o herói, com o rei a seu lado. «Congratulo-me, Luís, por teres voltado vencedor das negras Índias», celebrava o poeta da corte André de Resende, «contra a louca seita do iníquo Maomé», no combate ao qual o «insigne general» conquistou «eterna fama, se não fores conhecido na terra, sê-lo-ás no céu»¹⁵.

Esses assuntos do «céu» estavam sempre presentes em D. Sebastião, antes e depois de se tornar efectivamente rei. A imagem do cavaleiro cristão era-lhe apelativa. Ao ponto de, ainda muito moço, escrever da sua intenção de ser «muito zeloso de dilatar a santa fé católica por todas as partes do mundo, e terei a Deus por fim de todas as minhas coisas, e em todas me lembrarei dele»¹⁶. Aliás, sabe-se que D. Sebastião conhecia os romances de cavalaria, desde as lendas de Carlos Magno, passando pelos cavaleiros da Távola Redonda, até aos épicos de El Cid e de Jorge Castrioto. Esses exemplos da Idade Média, exaltados e mitificados, apenas poderiam estimular a sua mente já predisposta a seguir o rumo do combate, do valor e da honra em direcção à lenda. No mosteiro então existente no cabo de São Vicente, em Sagres, ele aderiu mesmo a uma ordem militar, tornando-se D. Sebastião cavaleiro da Ordem de Cristo¹⁷. Também é de realçar o pedido que D. Sebastião fez ao papa para que este lhe entregasse uma das setas com que foi morto São Sebastião, a fim de ser depositada numa igreja em honra do mártir e santo a ser construída (e nunca concluída), no terreiro do Paço. No meio de grande solenidade e ritual recebeu o rei a seta, em Almeirim¹⁸. Mais uma vez sobressai a devoção de D. Sebastião ao chamamento, e ao poder, do simbólico.

A disposição social, cultural e psicológica de D. Sebastião tornou quase inevitável a sua atracção pelo Norte de África, pelo seu significado, e por aquilo que lhe podia, e ao seu reino, proporcionar. Assim, e quase que às escondidas da sua avó e do seu tio cardeal, em 1574, o rei parte para África, à frente de um pequeno exército, primeiro para Ceuta, e depois para Tânger.

¹⁵ Citado em Pereira (1991-1992: 67, 68, 71).

¹⁶ Citado em Marques (2005: 155).

¹⁷ Velloso (1934: 193) e Cruz (2009: 267).

¹⁸ Velloso (1935: 13).

Esses três meses em que esteve ausente lançaram o país numa série ininterrupta de procissões, preces e sermões pedindo pela sua segurança, assim como pelo seu rápido regresso¹⁹. Não seria esta a última vez que D. Sebastião fazia jus ao seu cognome. E em praças africanas, o rei, rodeado pelo seu grupo de jovens fidalgos, fazia frequentes incursões fora das cidades, pondo inclusivamente a vida em risco, ao tentar numa ocasião um combate desigual com um maior exército inimigo²⁰. Esta temeridade do rei estava bem presente no espírito do bispo de Silves que numa carta dirigida ao soberano lhe explicava o bom senso do seu imediato regresso. E terminava com um conselho onde ecoa a voz do juízo contra o impulso: «Vossa Alteza ainda é muito novo, move-se pelos brios de mancebo... Entretanto, vença-se a si mesmo Vossa Alteza, que é a mais ilustre vitória que pode haver; dome seu espírito; amanse a grandeza de seu coração»²¹. Também neste caso não seria a última vez que essa voz da prudência se dirigiria a ele. Desta vez, o rei regressaria a Portugal, no galeão *São Sebastião*. No relato que fez desta primeira jornada africana, D. Sebastião lembraria que a primeira coisa que fez ao chegar a Portugal foi ir ao cabo de São Vicente, tão importante para os homens do passado glorioso do país (homens que ele, sintomaticamente, chama «mortos vivos»), tão diferentes dos homens do seu tempo. Sem a mesma grandeza e visão, eles não passariam de «vivos mortos»²². Como se vê, o espírito de D. Sebastião, ao contrário do que lhe era pedido, permaneceria indomável.

E de acordo com esse ânimo mental incapaz de serenar, D. Sebastião passaria boa parte daqueles que seriam os últimos quatro anos da sua vida a preparar uma segunda ida, que se queria gloriosa, ao norte de África. Um dos momentos mais marcantes deste período é o encontro que se dá entre D. Sebastião e o seu tio, o monarca espanhol Filipe II, a pedido do rei português, a fim de lhe pedir o seu apoio militar para a expedição. Esta foi a primeira e única vez em que os dois soberanos se encontraram, no mosteiro de Guadalupe, na Estremadura espanhola.

¹⁹ Marques (2005: 173, 178).

²⁰ Marques (2005: 181).

²¹ Carta citada em Marques (2005: 176).

²² Cruz (2009: 283) e Brochado (1941: 253).

Filipe II desencorajou-o da empresa, não vendo perigos imediatos para os reinos peninsulares que justificassem uma ação conjunta, embora prometendo-lhe alguma ajuda em soldados e mantimentos. O rei português seguiria o seu caminho. E esse não poderia ser abrandado. Nem quando ouviu o duque de Alba discorrer sobre os obstáculos e as dificuldades que se colocavam à sua intenção. D. Sebastião perguntou-lhe «de que cor é o medo?» Ao que o duque respondeu, «da cor da prudência, senhor». Mas a cor da prudência não tinha o brilho que D. Sebastião procurava.

O rei precisava de um motivo que o ajudasse a cumprir o desígnio que a si próprio confiava. Marrocos estava num clima de guerra civil com vários pretendentes ao trono. Um deles, apoiado pelos turcos, acabaria por conquistar o poder. A influência turca no norte de África tinha que ser enfrentada. D. Sebastião decidiu que não havia alternativa senão apoiar, à frente de um grande exército, um dos pretendentes que não estava na órbita do sultão da Turquia. Na realidade, não havia verdadeira urgência. E o apoio poderia ser dado de outra maneira. Mas essa lógica não servia a mentalidade, nem a visão, do rei. E é por isso que o motivo acabou por se transformar, sobretudo, num pretexto. Numa justificação para a glória. Num primeiro momento, para aplacar os receios daqueles que achavam (como D. Catarina, e o cardeal D. Henrique) que, acima de tudo, se devia salvaguardar a vida do rei, o comando da expedição, que se veio a revelar fatal para o rei e para o reino, foi confiado a D. Luís de Ataíde. Mas D. Sebastião *sabia* que seria ele o chefe da empresa; só assim ela faria sentido. Era para isso que se *sentia*, desde há muito, preparado. Assim, D. Luís de Ataíde seria, de novo, enviado para a Índia. E, em Junho de 1578, com 24 anos de idade, D. Sebastião partiria para o norte de África.

E partiria sem ter assegurado a sua sucessão no trono. Desde cedo, e em documentos da época, muito se escreveu e especulou sobre a vida íntima de D. Sebastião que ajudassem a explicar o seu celibato. Desde impotência (provocada por uma doença crónica), homossexualidade, misoginia (a D. Sebastião «desapetecia tudo o que mais apetece os homens» sentenciaria Manuel de Faria e Sousa em 1680)²³ ou até a simples castidade de um cavaleiro

²³ Sousa (1680: 6).

cristão, dado mais a virtudes celestes do que a prazeres terrenos. O que é um facto é que nenhuma das iniciativas feitas para efectuar o matrimónio do rei resultaram, embora a mão da filha primogénita do rei de Espanha lhe estivesse prometida aquando da sua partida para África. É bem revelador do estado de espírito do rei que a urgência que ele via em partir para África esmagava a importância de outras preocupações, entre as quais, e sobretudo, a urgência em garantir que o trono português não ficaria vago, em circunstância alguma.

A preparação da expedição foi problemática. O recrutamento militar foi obrigatório em todas as províncias do reino, embora muitos escapassem, comprando a sua liberdade. E o financiamento foi feito através de novos tributos, a venda de novos padrões de juro, empréstimos no estrangeiro e contribuições da comunidade cristã-nova. Foram contratados também contingentes estrangeiros. Por isso, o exército português que se bateria em África, composto aproximadamente por 12 mil efectivos, era, na prática, também um exército estrangeiro com mercenários alemães, flamengos, italianos, castelhanos e as tropas do pretendente marroquino ao trono. Por outro lado, na expedição encontravam-se muitas mulheres e crianças (famílias inteiras que acompanhavam os mercenários), além de muitas andaluzas que, mais tarde, se juntaram aos soldados portugueses. A nobreza portuguesa participou com pompa e fausto na empresa, com os melhores trajes e com pajens e lacaios. As reservas que houvesse quanto à sensatez da empresa puseram-se de lado pela força da vontade régia, pelo código de honra e pela perspectiva de benesses e glória no triunfo sobre os inimigos da fé cristã. Nesta perspectiva é sintomática a atitude da Casa de Bragança: como o duque, por doença, estava impossibilitado de ir, foi enviado o filho primogénito, D. Teodósio, duque de Barcelos, que à data tinha apenas dez anos de idade²⁴. Também foram muitos elementos do clero (bispos inclusive, assim como um representante do papa) e escritores e poetas, como Diogo Bernardes (que ficaria prisioneiro após a batalha e só regressaria após pagamento de resgate)²⁵, para louvar os feitos que se anunciavam. Em Cádiz, última paragem da armada de D. Sebastião antes de rumar ao norte de África,

²⁴ Velloso (1935: 297).

²⁵ Bernardes (1946: x).

assistiu o rei a uma corrida de touros, oferecida pelas autoridades locais. E a ela assistiria não à vista de toda a gente, mas oculto, embuçado, de uma janela ornamentada²⁶. E assim permaneceu D. Sebastião como o rei encoberto. Para um rei que sempre se tinha entregado ao simbolismo, e tendo em conta o que o futuro iria trazer, não podia haver, naquele momento, simbolismo maior.

Já em terras africanas a decisão que iria selar o destino da expedição foi a de marchar por terra até Alcácer-Quibir, provocando deste modo um confronto em campo aberto com as tropas inimigas do sultão berbere Mulei Almélque (a quem os portugueses também chamavam Mulei Maluco). O coronel Vasco da Silveira desaconselhou o rei de prosseguir a jornada por terra, pelas condições adversas do clima, do terreno e do cansaço que provocaria. A prudência aconselhava a prosseguir a expedição por mar, estabelecendo primeiro uma base segura na costa, e contando com o apoio naval. Os argumentos do coronel (que morreria no pós-batalha, como prisioneiro de guerra), e de outros, não surtiram nenhum efeito. D. Juan de Silva, o embaixador de Castela, que integrou a expedição, escreveria a poucos dias da batalha de Alcácer-Quibir uma carta ao seu soberano, onde lamentava «não haver, hoje em dia, uma outra nação que vá tão alegre à procura do perigo»²⁷. A jornada prosseguiria por terra e, ao fim de uma semana, deu-se o encontro dos dois exércitos. As forças eram desproporcionais. Se o exército português contava, aproximadamente 17 mil homens (os que partiram de Portugal mais os que se juntaram nas praças africanas), o exército inimigo, segundo algumas estimativas, contaria com pelo menos 60 mil combatentes, e era muito superior em cavaleiros²⁸. O perigo (e sobretudo a honra e glória que dele podiam advir) tinha sido finalmente encontrado.

O que restou foi a batalha. E o que dela contam os cronistas que estiveram presentes. Não obstante ser difícil ter um retrato exacto dessas horas caóticas, os testemunhos coincidem nalguns pontos. Com o exército do rei português disposto em quadrado e as forças muçulmanas em meia-lua, e depois de um primeiro

²⁶ Velloso (1935: 303).

²⁷ Serrão (2005: 31).

²⁸ Baños-García (2006: 301) e Cruz (2009: 335-336).

momento de arremetida das tropas cristãs, que desbarataram os mouros, levando muitos à debandada, seguiu-se uma retirada precipitada, da qual o exército cristão nunca se recompôs, acabando por ser derrotado em toda a linha. Morreram cerca de oito mil cristãos. O que também parece ser certa é a bravura demonstrada por grande parte da fidalguia, pelos veteranos de guerra, e sobretudo por D. Sebastião que, mudando três vezes de cavalo, combateu até ao fim, primeiro acompanhado da cavalaria, e depois apenas por alguns fidalgos, no meio de uma imensidão de inimigos. Já no século XIX, o historiador britânico Samuel Astley Dunham, referindo-se à fraca preparação e execução da batalha, diria, relativamente a D. Sebastião que «a sua única virtude era a coragem»²⁹. Na batalha, D. Sebastião portou-se como aquilo que no fundo era: um cavaleiro. E não como um general. Ou, como escreveu o historiador Queiroz Velloso, «a principal razão, o verdadeiro fundamento da desordem em que caiu o exército cristão, foi a absoluta carência de direcção e de comando. Faltou-lhe um chefe»³⁰.

Muito se escreveu sobre a «morte» de D. Sebastião. Embora o consenso aponte para a sua morte na batalha, não existe acordo total entre os historiadores. Ainda hoje se dúvida da sua morte no campo da batalha³¹. As crónicas coevas são contraditórias. Ninguém viu o rei morrer, embora algumas digam que ele foi morto por «alarves» (berberes) que o despojaram de vestuário. Foi encontrado um cadáver, identificado por alguns fidalgos como sendo o de D. Sebastião, mas outros não o reconheceram. Esse cadáver seria mais tarde, já no reinado de Filipe II, enviado para Portugal e sepultado no mosteiro dos Jerónimos, com o bem revelador epitáfio «Se é vera a fama, aqui jaz Sebastião»³². De facto, para a génese do sebastianismo aquilo que mais interessa é a dúvida, que se instalou logo após a batalha, sobre a sobrevivência do rei. E essa dúvida foi alimentada, de uma forma selectiva, por certas narrativas e eventos. Como o testemunho de Luís de Brito, valido do rei, que refere como nos últimos momentos viu D. Sebastião a afastar-se, «já sem haver mouro

²⁹ Dunham (1833: 198).

³⁰ Velloso (1935: 370-371).

³¹ Ver, por exemplo, Sousa (2005).

³² Almeida (2005: 359).

algum que o seguisse... e o caminho para onde ia era muito distante do lugar onde depois diziam que o acharam morto»³³. Papel fundamental desempenhou aquele que ficou conhecido como o «boato de Arzila». Na noite da derrota um grupo de cavaleiros apresentou-se no forte de Arzila e pediu para abrirem as portas, pois com eles se encontrava o rei. Assim foi feito, e um deles entrou embuçado na praça, acabando o grupo depois por embarcar para Portugal. Esta história, verídica, parece contudo ter tido outros intervenientes que não o rei. Mas acabou por ser divulgada e reforçou a crença, em Portugal, na sobrevivência do rei³⁴. E esta crença tinha todas as condições para se enraizar numa pátria em alvoroço pelas notícias do desastre africano. O curto reinado do cardeal D. Henrique, as disputas legais, e por um breve período, militares, pela sucessão ao trono, mostravam bem como esse alarme era fundamentado. A perda da independência de Portugal, e o início da dinastia filipina, limitou-se a confirmá-lo. Mas por essa altura, como escreveu Oliveira Martins, já a «pátria fugira da terra para a região aérea da poesia e dos mitos»³⁵. Tinha nascido o Sebastião mítico.

No Berço do Sebastianismo

O sebastianismo não nasceu do vazio. Existia todo um clima religioso e espiritual que combinou de uma forma perfeita com a mensagem que o sebastianismo anunciava. O messianismo judaico, que esperava a vinda do seu salvador, enraizado nas comunidades cristãs-novas da época, e que naturalmente antecedia o sebastianismo, vai ajudar a moldar o novo credo nacional. Esta actividade profética era intensa no século XVI e vários messias surgiram, em Portugal ou no estrangeiro, acabando muitos por cair nas fogueiras da Inquisição. Ao mesmo tempo, esta era uma época aberta ao maravilhoso. Ou seja, abundava a crença nas premonições, nos agoiros, nas maldições, nos prodígios, e onde fenómenos naturais (como raios ou a passagem de cometas) eram vistos como sinais de futuros acontecimentos na vida dos

³³ Velloso (1935: 391) e Sousa (2005: 269).

³⁴ Velloso (1935: 403-405).

³⁵ Martins (1951: 770).

países, das sociedades, e dos indivíduos. Finalmente, não é de descuidar a influência das lendas sobre «imperadores adormecidos», como Frederico II na Alemanha, Carlos Magno na França e o rei Artur nas ilhas britânicas. Todos eles exemplos de reis que um dia iriam regressar, salvar o seu povo e revelar ao mundo uma majestade e poder nunca vistos, para todo o sempre³⁶. Estas expectativas escatológicas da Idade Média desempenharam também o seu papel na imaginação popular no início da Idade Moderna portuguesa.

É neste contexto que o profetismo de um sapateiro da vila de Trancoso, na Beira Alta, vai ser fundamental para a emergência do sebastianismo como movimento messiânico português. As trovas de Gonçalo Annes, conhecido como «o Bandarra», e que foram divulgadas, em manuscritos, antes do nascimento de D. Sebastião, valeram-lhe um processo na Inquisição (mas não o martírio, pois acabou por ser libertado). Inspirando-se na Bíblia Hebraica, no Livro da Revelação, na valorização da História e do progresso histórico feita pelo abade Joaquim de Fiore³⁷, e em profecias peninsulares, como as do arcebispo de Sevilha Santo Isidoro, que anunciavam a vinda de um salvador (descrito como «encoberto»), o bandarrismo anunciava a vinda de um rei prometido que poria fim à queda do presente e inauguraria uma nova era de ascensão e harmonia. No meio de «tanta misturada, sem haver chefe que mande», vaticinava Bandarra a vinda de um soberano «com tal nobreza, qual eu nunca vi em Rei», e «esse bom Rei Encoberto... tirará toda a escória, será paz em todo o mundo»³⁸.

É portanto numa atmosfera profético-mítica, e onde predominava o húmus messianista do bandarrismo, que o sebastianismo nasce, cresce e, com o passar do tempo, adquire contornos de uma verdadeira religião cívica que perdurará, com maior ou menor intensidade, ao longo dos séculos. A crença que o rei redivivo iria regressar e salvar o país nesta hora de aflição instalou-se, sobretudo nas camadas populares. Por exemplo, pouco tempo depois da perda da independência, Baltazar Gonçalves, um ferreiro da ilha Terceira, foi alvo de um processo da

Inquisição, por ter proclamado uma revelação que lhe fora dada por Deus: D. Sebastião estava vivo, escondido, mas regressaria e, à boa maneira de Bandarra, traria paz a todo o mundo. Há mesmo quem apelide o açoriano de ser «o fóssil mais antigo que se conhece da espécie sebastianista»³⁹. Claro que muitas vezes aquilo que «se conhece» é apenas uma parte daquilo que se desconhece, e seguramente que a «espécie» sebastianista já se encontrava suficientemente desenvolvida à época. O que é certo é que com o passar dos anos, o sebastianismo irá evoluir e ganhar mais pormenores: o rei regressaria numa manhã de nevoeiro, montado num cavalo branco, aparecendo do mar, onde viveria numa ilha «encoberta» (tal como o rei Artur na mítica Avalon). Ao mesmo tempo, certos acontecimentos, vistos como sobrenaturais, pareciam confirmar, na opinião e sentir de muitos, a veracidade do sebastianismo. Como, por exemplo, o incêndio que, em 1601, destruiu a igreja e a capela do hospital de Todos os Santos, em Lisboa, mas que «milagrosamente» poupou o retrato de D. Sebastião, o único que sobreviveu entre todos os retratos dos monarcas portugueses. Este prodígio, «causa de tanto espanto», e outros, reforçaram a crença sebastianista⁴⁰.

Logo no início da dinastia filipina surgiram casos de falsos reis (os falsos D. Sebastião), pessoas que se apresentavam como o rei regressado, e que chegaram a ter forte adesão popular. Estes levantamentos foram duramente reprimidos pelas autoridades castelhanas, pois punham em causa a legitimidade do novo rei. Por exemplo, o «rei de Penamacor», presumivelmente um oleiro oriundo de Alcobça, foi condenado a remar nas galés, enquanto na Ericeira, o açoriano rei-ermitão, formou inclusivamente uma corte, conferindo títulos com selos reais que tinha mandado fazer, sendo enforcado no pelourinho em Lisboa, juntamente com companheiros⁴¹.

Mas a existência de fiéis, dispostos e disponíveis a acreditar na vinda do salvador, não bastava. Era necessário um livro sagrado, uma Bíblia que o bandarrismo forneceu com o seu anúncio da redenção. E, sobretudo no desenvolvimento da religião cívica

³⁶ Ver Cohn (1970: 108-126).

³⁷ Besselaar (1987: 15-21).

³⁸ Ver Azevedo (1984: 11-16); Medina (1993: 272-3); Quadros (2001: 26-35).

³⁹ Givens (2011: 29).

⁴⁰ Marques (2010: 174-175).

⁴¹ Ventura (2005). Também houve o caso do «pasteleiro de Madrigal» que se insere mais na luta pelo poder entre D. António Prior do Crato e Filipe II. Ver Medina (1993: 290).

sebastianista, foi crucial a actividade apostólica. Não será exagerado ver em D. João de Castro o «São Paulo» da religião sebastianista⁴². Tal como São Paulo, também D. João de Castro sofreu um processo de conversão. Inicialmente ao lado de D. António Prior do Crato na sua luta pelo trono português contra as pretensões de Filipe II, D. João de Castro largaria as actividades militares e diplomáticas para se dedicar ao estudo, interpretação e divulgação das trovas de Bandarra, arreigando-se-lhe a crença que D. Sebastião era o Encoberto, o imperador do mundo, referido pelo vate. E, como apóstolo, dedicou o resto da sua vida a divulgar a boa nova. Publicou em Paris, no início do século XVII, as trovas de Bandarra e a sua interpretação (a sua exegese) delas, sendo esta a primeira vez que as profecias do beirão seriam impressas (ainda que parcialmente). Já antes, quando o século XVI estava a chegar ao fim, D. João de Castro convenceu-se que D. Sebastião, depois de percorrer o mundo, vivendo em penitência como um eremita, se encontrava em Veneza, onde estava cativo depois de revelar a sua identidade. Este «D. Sebastião de Veneza» seria pessoalmente identificado por D. João de Castro e outros portugueses como o rei perdido, embora se tratasse, de acordo com relatos oficiais, de um aventureiro calabrês. Não obstante, esta aparição provocou agitação em Portugal, e preocupação das autoridades filipinas⁴³. No seu *Discurso* da vida de D. Sebastião, D. João de Castro escreveu que o preso «é o verdadeiro Rei de Portugal», e que «o há Deus de salvar, que o há de fazer seu Capitão General da Conquista do Universo»⁴⁴. Deus, contudo, acabou por não o salvar, e o prisioneiro (embora logo se tenha dito que não seria o mesmo que tinha sido identificado pelos portugueses) acabaria por ser enviado para Espanha, onde seria enforcado⁴⁵. D. João de Castro manteria até ao fim a sua crença; o seu espírito de missão custou-lhe o opróbrio e a pobreza (desprendimento material típico dos verdadeiros missionários)⁴⁶. Neste momento original do sebastianismo outros apóstolos houve. Como D. António de Menezes, companheiro de D. João de Castro, que morreu de doença em África,

⁴² Martins (1951: 88); Azevedo (1984: 30) e Medina (1993: 273).

⁴³ Marques (2010: 173).

⁴⁴ Azevedo (1935: 39).

⁴⁵ Sousa (2005: 274-275).

⁴⁶ Ver Albuquerque (2000: 320-322).

para onde tinha ido à procura de D. Sebastião. Seria um dos primeiros mártires da religião sebastianista: «foi morrer por ele, indo às cegas, e às palpadelas, buscá-lo por mares, e costas de bárbaros»⁴⁷. O berço do sebastianismo, como religião cívica, ganhava assim forma. E a sua mensagem de redenção para Portugal, e até para o mundo, iria ser reactualizada, por uma nova leva de profetas, antes e depois do fim do cativo espanhol.

O Sebastianismo e a Restauração

Na sua obra *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, publicada já no Portugal independente e restaurado, o fidalgo memorialista D. Francisco Manuel de Melo⁴⁸ escreveu que o desastre de Alcácer-Quibir «fez com que muitos varões doutíssimos seguissem não só a vulgar dúvida da sua morte [D. Sebastião], mas que passassem a esperar com sua vinda a restituição do seu império». E, acrescentou, «É fácil de persuadir ao coração aquelas coisas que deseja»⁴⁹. No período que antecedeu a Restauração essas coisas que o «coração desejava» vinham ao de cima na literatura e na poesia épica, muitas vezes de uma forma camuflada, em virtude das circunstâncias. Uma das narrativas que emergia era a contraposição entre a idade de ouro (os exemplos passados) e a idade de ferro (o presente). O período da ocupação castelhana correspondia ao cativo da babilónia dos judeus, representando um castigo divino. Para o teólogo e escritor António Carvalho de Parada⁵⁰, por exemplo, depois do tempo «em que el rey dom Sebastião queria começar a encher o mundo com as esperanças verdes e nunca maduras de um novo império», tudo se perdeu, «entrando o miserável reino em novas desventuras que nunca nele acabarão». Portugal vivia a sua «idade de ferro... na tarde do mundo já cansado e debilitado»⁵¹. E não era apenas uma sensação difusa de decadência; alicerçava-se em factos históricos, que a tornavam concreta, como o ataque

⁴⁷ D. João de Castro, citado em Azevedo (1935: 132).

⁴⁸ Sobre D. Francisco Manuel de Melo, ver Torgal (1982: 293-297).

⁴⁹ Citado em Raposo (1940: 198).

⁵⁰ Sobre António Carvalho de Parada, ver Torgal (1982: 261-263).

⁵¹ Citado em Carvalho (1993: 258).

contínuo às possessões ultramarinas portuguesas, no Oriente e no Brasil, por parte de holandeses e ingleses.

A memória colectiva vai ser ainda sedimentada, na literatura, pelo enfoque na identidade nacional portuguesa, distinta da dos castelhanos. Valoriza-se a história de Portugal, e sobretudo os seus momentos fundadores, especialmente os seus mitos de origem. São mesmo forjados documentos com o intuito de valorizar a independência nacional. Os monges brancos da Ordem de Cister, particularmente do mosteiro de Alcobaça, desempenham um papel fundamental na produção desses documentos. Surgiu o relato de um acordo nas Cortes de Lamego, no tempo de D. Afonso Henriques, em que os presentes declararam a sacrosanta liberdade do reino:

«Quereis que el-rei Nosso Senhor, vá às cortes de el-rei de Leão, ou lhe dê tributo?» E todos se levantaram e, tendo as espadas nuas, postos em pé, disseram, «Nós somos livres, nosso rei é livre, nossas mãos nos libertaram, o senhor que tal consentir, morra»⁵².

Também na mesma altura aparece um documento, escrito em latim, reproduzido por Frei Bernardo de Brito na sua *Crónica de Cister*, e retomado posteriormente por outros cronistas, que confirmava a protecção que Cristo tinha dado a D. Afonso Henriques em Ourique. O reino tinha assim uma relação exclusiva, e independente, com o divino⁵³. A história de Portugal, em várias obras, como na *Monarquia Lusitana*, também do cisterciense Frei Bernardo de Brito, é apresentada como uma «gesta lusa», surgindo claramente uma consciência nacional por detrás dos relatos históricos⁵⁴. Aliás, o período subsequente à ocupação filipina conheceu um verdadeiro surto editorial de histórias nacionais. Pedro de Mariz, nos seus *Diálogos* sobre a História de Portugal, divulgou inclusivamente os retratos de todos os monarcas portugueses. Isso constituiu não só uma novidade na historiografia portuguesa, como também era mais uma forma de acentuar a singularidade e autenticidade lusas⁵⁵.

⁵² Torgal (1981: 231-233); Actas das Cortes de Lamego (1139).

⁵³ Costa Lobo (2011: 87-89).

⁵⁴ Bethencourt (1991: 489).

Para além da historiografia, a pregação exerceu um papel importante nesta consolidação da consciência nacional. No púlpito, os sacerdotes fomentaram a resistência à dominação filipina. Na prática, estes oradores sacros, por detrás da doutrinação puramente religiosa, exerceram um papel activo de comentário político e de intervenção social. E, tendo em conta que muita desta oratória sacra nunca foi impressa, não é exagerado ver nestes pregadores importantes motores da opinião pública da época; não só moldavam a opinião dos notáveis, como, sobretudo, davam voz às pretensões e anseios populares. Pregadores houve, como o jesuíta Luís Álvares, que ficaram célebres na defesa da ilegitimidade da dinastia filipina, ao mesmo tempo que lamentavam a decadência da nação e pregavam a honra e o esplendor dos reis naturais de Portugal. Muitas vezes, esta oratória patriótica era dissimulada, mas não deixava de ser inequívoca para aqueles que a ouviam⁵⁶. Foram também eles mensageiros do «Portugal afligido e perdido», mas que havia de ser restaurado⁵⁷.

Não é possível compreender o perdurar do sebastianismo durante a dominação filipina sem o ligar a esse incipiente portuguesismo, à noção que Portugal tinha uma identidade própria⁵⁸. E essa ligação vê-se claramente no elogio que, durante a dominação filipina, se faz à Casa de Bragança como depositária de tradições e virtudes nacionais. O poeta Francisco Rodrigues Lobo, por exemplo, dedica a sua obra «O Condestabre de Portugal» (sobre Nuno Álvares Pereira, arauto da independência) ao duque de Bragança, D. Teodósio II (o tal duque de Barcelos que, em criança, esteve presente em Alcácer Quibir, e pai do futuro D. João IV), para que «fique no mundo eterna esta memória» e para que «a não perca o tempo descuidado»⁵⁹. É também durante este período que emerge um outro profeta da religião sebastianista, o cristão-novo Manuel Bocarro Francês, médico e astrólogo, que chegou a ser preso pelos seus presságios, e que vê exactamente em D. Teodósio II, a figura do Encoberto:

⁵⁵ Ver Machado (1992: 201) e Curto (372-373).

⁵⁶ Ver o excelente trabalho de Marques (2010).

⁵⁷ Marques (2010: 267, 385).

⁵⁸ Ver, também, Sobral (2003: 1115).

⁵⁹ Rodrigues Lobo, citado em Raposo (1940: 190).

«Obrigação te nasce de amparares, Sereníssimo Duque, o Império triste, de seus Príncipes órfãos... Eu o vi, Lusitanos, não me engano, Já temos ao Monarca descoberto»⁶⁰. E pela primeira vez a crença sebástica na vinda do redentor transfere-se para uma outra personagem histórica. E também no encómio da casa brigantina a influência dos pregadores foi sentida. Aliás, aquando da morte do duque, dez anos antes da recuperação da independência, nas exéquias que se fizeram, o jesuíta André Gomes elogiava do púlpito «um príncipe tão excelente» que era, para o reino, «seu amparo e protecção, e grande consolação das saudades de seus Reis»⁶¹. Esta invocação da nostalgia e da saudade, longe de ser inocente, significava a recusa de um presente insuportável. E um apelo para um futuro que o redimisse.

A literatura autonomista portuguesa posterior à Restauração de 1640 irá acentuar ainda mais os temas já presentes na literatura anterior. Assiste-se ao triunfo póstumo de Bandarra que é elevado à condição de santo-padroeiro do Portugal renascido. As suas trovas são interpretadas como profecias finalmente cumpridas que anunciaram o ano da independência e identificaram D. João, duque de Bragança, como o Encoberto⁶². No dia da aclamação de D. João IV uma efígie de Bandarra foi colocada num altar da sé de Lisboa, foi-lhe feito um novo túmulo em Trancoso (com a inscrição «Aqui jaz Gonçalo Annes Bandarra, natural desta vila, que profetizou a restauração deste reino») e as suas trovas são impressas (em versão completa) em Nantes, pelo embaixador do novo rei português. Muitos celebraram D. João IV como o Encoberto revelado (como o poeta Manuel Tomas)⁶³, nenhum deles atingindo o sublime do padre jesuíta António Vieira. Num sermão de 1642, proferido na capela real, no dia em que o rei comemorava 38 anos, Vieira revela D. João IV como o verdadeiro rei encoberto enviado por Deus para restituir o país à sua grandeza, rebaixada durante a subjugação filipina:

Assim estava Portugal triste, assim estava desconsolado,
assim estava cativo, e assim lhe prometia S. José a coroa perdida

⁶⁰ Manuel Bocarro Francês, citado em Azevedo (1984: 21-23).

⁶¹ Marques (2010: 391).

⁶² Costa e Cunha (2008: 189).

⁶³ Raposo (1940: 224).

debaixo das cinzas do rei morto reputado por vivo; e assim conservava vivo e encoberto aquele que verdadeiramente havia de restituir aos tristes, desconsolados e cativos a coroa perdida.

Dessa forma os «reis estranhos» deram lugar ao «rei natural»⁶⁴. Mas o serviço que Vieira prestará ao sebastianismo original será o de ligá-lo, de uma forma definitiva, a uma concepção providencial da história de Portugal. A ideia de Portugal como «cabeça» de todos os países já está presente em Bandarra e na interpretação que ele faz de D. João de Castro. E mesmo no período da dominação filipina essa ideia de um destino superior da pátria, a que estaria reservada a liderança de um império universal, encontra-se na pregação de outros oradores⁶⁵. Por isso, para Vieira, o rei encoberto, português, assistirá não apenas à regeneração da pátria, mas, à frente de um império espiritual, estabelecerá uma nova era de concórdia, paz e felicidade no mundo⁶⁶. Vieira universaliza o sebastianismo que, assim, se converte na promessa de um povo eleito, o português. Esta é a sua grande contribuição profética para a religião sebastianista (que irá permanecer e ser reatualizada em séculos posteriores), mesmo que Vieira nunca defendesse a ideia que D. Sebastião um dia regressasse. Aliás, depois da morte de D. João IV, Vieira profetizou a vinda de outros encobertos nos seus sucessores. E o mesmo faria Manuel Bocarro Francês, para quem «o encoberto surgirá de repente e será obedecido por todos os reis do mundo»⁶⁷. Essa visão do destino messiânico de Portugal, como pátria de todas as pátrias, não irá ficar por aqui, prolongando-se nos tempos.

De qualquer forma, não estranha que, naquela época, o sebastianismo tenha sobrevivido ao joanismo (o qual veio a revelar-se apenas um episódio na vida do messianismo português)⁶⁸. A sua sobrevivência explica-se com a sua ligação à consciência

⁶⁴ Vieira (1642).

⁶⁵ Marques (2010: 224-225).

⁶⁶ A visionária Maria de Macedo, julgada e condenada pela Inquisição já na segunda metade do século XVII, também atribuiu ao Encoberto (neste caso, o próprio D. Sebastião) esse papel de reformador do mundo. Ver Givens (2011: 130).

⁶⁷ Manuel Bocarro Francês, citado em Moreno-Carvalho (2011: 204).

⁶⁸ Neste ponto, ver Medina (1993: 299).

nacional, não apenas letrada (como produção cultural das elites), mas sobretudo como uma ideologia de resistência (que se manifesta de várias formas, desde sátiras, práticas subversivas, rixas em alturas em que essa consciência nacional é abalada (o que se torna ainda mais concreto no contraste com o «outro», seja o «outro» invasores estrangeiros ou elites vistas como estrangeiras). Por isso é que o sebastianismo ressurgirá, adaptando-se a diferentes contextos históricos, mas sempre em relação com uma identidade nacional que se sente ameaçada. Assume-se assim como uma forma de poder (um contrapoder), desafiando a hegemonia dos que oprimem, em nome dos oprimidos⁶⁹. Assim, a narrativa sebastianista não é exclusiva de nenhum grupo social; o critério de identificação não é a classe social, mas o sentimento de opressão, e esse pode ser partilhado transversalmente pela sociedade portuguesa. Não obstante o seu cariz popular, muitas vezes espontâneo, a «pluralidade social e cultural» na recepção ao sebastianismo é reconhecida⁷⁰. Esse carácter de resistência do sebastianismo será ainda mais evidente nos dois séculos que se seguiram.

O Sebastianismo no Século XVIII

Um outro Sebastião haveria de marcar a História de Portugal na segunda metade do século XVIII. Principalmente durante o período em que Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro marquês de Pombal) teve nas suas mãos as rédeas da governação, como secretário de Estado dos Negócios do Reino durante mais de vinte anos, o sebastianismo foi identificado, e combatido, como uma heresia; era visto como uma erva daninha, que tinha que ser erradicada para que o país pudesse seguir um novo rumo, racionalista e iluminado, de forma a transformar Portugal num país moderno. E, acima de tudo, através do combate ao sebastianismo, Pombal combatia o inimigo insidioso e omnipresente, responsável por todos os «estragos» causados à nação desde o reinado de D. João III: a Companhia de Jesus. Os

⁶⁹ Neste ponto, ver Medina (1993: 299).

⁶⁹ Veja-se Scott (1990).

⁷⁰ Costa e Cunha (2008: 192).

jesuítas eram acusados de ter um plano maléfico de poder para Portugal e executavam-no através da educação e do controlo sobre os espíritos. A promoção e divulgação de credices e superstições, de que o sebastianismo era uma manifestação, faziam parte desse plano hegemónico e ameaçador da soberania absoluta e da legitimidade do poder régio. O poder da coroa devia ser absoluto, autónomo, e não admitia concorrentes no plano temporal, a começar pela Igreja.

Neste contexto, não admira que o reformismo pombalino assente na ideia da secularização da sociedade portuguesa. E como a jurisdição dos assuntos temporais pertencia agora ao Estado, é ele que vai passar a assumir um papel de liderança no ensino (reformando as suas instituições) e, ao mesmo tempo, a liderança no exercício da censura (excluindo de vez a Inquisição) no plano cultural⁷¹. O alvo preferido da censura pombalina, sobretudo a partir da instituição da Real Mesa Censória, é o jesuitismo e no índice das obras proibidas estão muitas das suas obras. O padre António Vieira foi transformado num inimigo *post-mortem*. Todos os seus escritos foram reunidos numa mesma obra com o sintomático título de *Maquinações de António Vieira Jesuíta*. E na *Dedução Cronológica e Analítica* mandada fazer para listar todos os «estragos» dos jesuítas, as trovas de Bandarra são atribuídas ao «turbulento e façanhoso»⁷² Vieira, e mesmo um dos livros impressos de D. João de Castro é denunciado como uma fabricação dos jesuítas: nele os jesuítas «compilaram todas, quantas chamadas *profecias* haviam temerariamente inventado, contra a verdade»⁷³. Neste memorial lamenta-se a sorte de D. Sebastião como um «infeliz pupilo» da Sociedade de Jesus. O rei teria sido «tão infeliz com os ditos jesuítas até depois de morto», pois o sebastianismo não passaria de uma impostura jesuíta (a «invenção do encobrimento milagroso e vinda prodigiosa do senhor rei D. Sebastião»)⁷⁴. Esta missão pombalina de extirpação da influência jesuítica danosa culminou, como não poderia deixar de ser em todas as obras de purificação, nas labaredas e muitas obras são mandadas queimar, como, por exemplo, os escritos de Vieira e de

⁷¹ Ver Araújo (2000: 9-40).

⁷² Silva (1767: 422).

⁷³ Silva (1767: 107).

⁷⁴ Silva (1767: 110).

Manuel Bocarro Francês. Houve mesmo alguns sebastianistas que, por terem declarado profecias em público, foram castigados com açoites e desterro⁷⁵.

É comum dizer-se que esta purificação pombalina era desnecessária, pois o sebastianismo por esta altura era manso, uma quimera que não incomodava ninguém⁷⁶. Mas essa ideia talvez assente numa desvalorização do poder mobilizador do sebastianismo, mesmo quando dormente. E foi isso que Pombal combateu, pois viu na ideologia supostamente promovida pelos jesuítas, um rival, que atrapalhava o seu projecto reformador da sociedade. Pombal viu nela uma ideologia suficientemente inculcada, sobretudo nas camadas populares, para merecer o estatuto de inimigo do seu projecto para Portugal. E o que é um facto histórico é que as chamadas pombalinas não conseguiram reduzir a cinzas o sebastianismo. O início do século XIX irá demonstrá-lo.

O Sebastianismo no Século XIX

A primeira década do século XIX, no meio do tumulto provocado pelas invasões francesas e o vazio provocado pela fuga da família real para o Brasil, reafirmou a capacidade de mobilização de fiéis da religião sebastianista em mais um momento de crise. O sebastianismo ressurgiu, e em força⁷⁷. Como não poderia deixar de ser as trovas de Bandarra foram de novo utilizadas como chave explicativa para o momento histórico; os seus vaticínios anunciavam a vinda de Napoleão, assim como a data da invasão do exército que iria fazer «ninho em Portugal»⁷⁸. Estas novas trovas teriam sido alegadamente descobertas numa antiga sepultura do profeta beirão. E os seus escritos são novamente publicados e reeditados, em Barcelona e em Londres. Deram-se episódios folclóricos e espontâneos, mas reveladores de um estado de espírito, como o de um suposto aparecimento em Lisboa de um ovo com as iniciais de D. Sebastião⁷⁹. E também existem relatos

⁷⁵ Azevedo (1984: 93).

⁷⁶ Medina (1993: 304) e Azevedo (1984: 90).

⁷⁷ Ver Hermann (2010) e Barata (2005).

⁷⁸ Medina (1993: 305) e Azevedo (1984: 94).

⁷⁹ Azevedo (1984: 97).

de fiéis que faziam romarias às colinas de Lisboa (como Santa Catarina) à espera do regresso das naus do Encoberto⁸⁰. Houve mesmo um homem, de 28 anos, que esteve preso na cadeia do Limoeiro em Lisboa, por se proclamar enviado de D. Sebastião, e escolhido por Deus para governar Portugal. Este «D. Sebastião do Limoeiro» aparece em várias estampas e gravuras da época, e o episódio foi reproduzido em peças de cerâmica.⁸¹ Jocosos ou não, estes episódios revelam como o tema estava presente nos espíritos, e se uns o acolhiam, outros invectivavam-no.

Mas não foi só de folclore que se alimentou o sebastianismo. Estes anos conheceram um verdadeiro surto de escritos sobre o sebastianismo, alguns sofisticados, procurando «misturar fé e racionalidade»⁸². E é neste período que se assiste à eclosão da primeira *guerra sebástica*, ou seja, uma guerra de palavras sobre os malefícios, ou méritos, do sebastianismo. Nela destacou-se o ex-frade José Agostinho de Macedo, defensor da acção anti-sebastianista de Pombal, apoiante do absolutismo, que fustigou os sebastianistas no seu opúsculo *Os Sebastianistas. Reflexões Críticas sobre esta Ridícula Seita*. Declarando-se como «bom patriota», inimigo confesso dos jesuítas (e da «velhacaria» de Vieira) e dos *maçons* («essa vil canalha»), o polemista denunciava os sebastianistas como sendo maus cristãos, maus vassallos, maus cidadãos e «loucos varridos, doidos rematados»⁸³. Este ataque deu azo às mais variadas réplicas por sebastianistas ou por autores que não se identificando como tal o defendiam, às vezes anonimamente. Um deles, o frade dominicano José Leonardo, escreveria que na obra de Macedo «as inconseqüências, as contradições os absurdos, os erros de Religião, de História, de Política e de Lógica são mais bastos do que as areias nas praias da Trafaria e do Barreiro»⁸⁴. De notar que a ligação que Agostinho de Macedo estabelece entre os sebastianistas e os «pedreiros livres» revela como as inquietações sebastianistas sobre o povo órfão na ausência do rei podiam abrir o caminho a pôr em causa a legitimidade da Casa de Bragança, ao mesmo tempo que podiam promover «perigosas» ideias sobre

⁸⁰ Martins (1929).

⁸¹ Soares (2010: 495).

⁸² Hermann (2010: 495).

⁸³ Azevedo (1984: 96) e Hermann (2010: 502).

⁸⁴ Medina (1993: 308-309).

soberania popular. Desta forma, os sebastianistas não eram apenas «tolos» mas potenciais agentes de subversão, mesmo que isso fosse, como acusava Macedo, de uma forma inconsciente⁸⁵.

O segundo grande momento sebastianista neste século surgirá no período da Revolução Liberal. Este período, visto como um dos «grandes momentos de transformação na história contemporânea portuguesa»⁸⁶, que vai revolucionar o Estado, a sua organização, assim como os hábitos sociais e culturais do Antigo Regime, constitui um dos tais episódios de crise em que a identidade colectiva, sobretudo popular, se sentiu ameaçada. E abalada nas suas tradições, costumes, hábitos e mentalidades. Os liberais, apóstolos da nova ordem, estrangeirados, imbuídos do espírito revolucionário que vinha da revolução francesa, tinham como missão virar Portugal do avesso, e torná-lo novo. E da mesma forma que o sebastianismo tinha o potencial (como temia Macedo) de estimular ideias subversivas de soberania popular, a defesa dessa soberania popular também poderia manifestar-se em ideias de conservação e manutenção daquilo que estava sob ataque. E assim o sebastianismo vai ajudar a criar uma aura sebastiânica à volta da figura de D. Miguel, «o tradicionalista», como aquele que iria defender a integridade nacional da invasão estrangeira (neste caso, efectuada por elites nacionais). Mais uma vez, e através do miguelismo, o sebastianismo emerge como ideologia de resistência. A própria figura de D. Miguel prestava-se a este tratamento sebastianista. E até certas analogias com o rei perdido em África. A começar pelo seu nome, Miguel (tal como o arcanjo São Miguel) que foi interpretado pelos seus seguidores como um sinal da missão a que estava destinado, «Emissário Angélico, a quem o senhor Deus dos exércitos mandou a Portugal... para nos remir das garras desses mais arteiros Demónios»⁸⁷. Por outro lado, como príncipe, regente, e depois rei, D. Miguel tinha uma imagem popular, quer na sua devoção a santos, quer nos seus gostos e maneira de ser. Na descrição inesquecível de Oliveira Martins, D. Miguel preferia «as touradas, os cavalos, a caça, as estrebarias, os arrieiros, os picadores, os frades bem grosseiros, as raparigas saloias de Queluz, tismadas pelo sol e cheirando a erva»,

⁸⁵ Sobre este ponto, ver Barata (2005: 335-336).

⁸⁶ Ramos (2009: 762).

⁸⁷ Lousada e Ferreira (2009: 17).

aos «moles requintes do paço, aos entretimentos da corte»⁸⁸. Ao mesmo tempo, enquanto rei, D. Miguel cultivava a aproximação física do povo ao soberano, como o demonstram as suas viagens pelo país e as aclamações e alvoroço popular que causavam⁸⁹. Não causa estranheza que o comportamento de D. Miguel, e a defesa que ele faz da tradição em Portugal contra influências estrangeiras, façam com que um miguelista afirme, já com D. Miguel no exílio, que ele era «um príncipe eminentemente nacional, e foi-o sempre, qualidade que ninguém ousará contestar-lhe»⁹⁰. Por isso, também se levantou uma espera sebastiânica pelo regresso de D. Miguel do exílio, e que iria perdurar, na imaginação e iconografia populares. Até casos houve, tal como no sebastianismo histórico, de «falsos D. Miguel»⁹¹ que se apresentavam, e chegaram a participar em guerrilhas, como o desejado rei que iria pôr fim ao funesto liberalismo.

O Sebastianismo na Passagem do Século XIX para o Século XX

A ideia da decadência de Portugal – e da urgência de projectos que o resgatassem desse estado – norteou o pensamento de muitas elites políticas e culturais no século XIX⁹². A filosofia da história de Alexandre Herculano transmite esse decadentismo, reflectido na ausência de integridade das classes dirigentes do país: «Povo! Onde estão os teus sábios, os teus generais, os teus nobres, os teus abastados, os teus homens virtuosos!»⁹³ Este decadentismo será desenvolvido, entre outros, por Oliveira Martins (que lhe chama «decomposição nacional»), o qual concluiu a sua *História de Portugal* com uma visão desencantada, fatalista mesmo, de um país desprovido de uma classe política competente, de uma educação capaz, mergulhado no mimetismo e desde há muito sem uma identidade própria e distinta, refugian-do-se por isso no sebastianismo, como uma «prova póstuma da

⁸⁸ Martins (1951: 291).

⁸⁹ Lousada e Ferreira (2009: 206-208).

⁹⁰ Vasconcelos (1989: 117).

⁹¹ Lousada e Ferreira (2009: 324-325, 337).

⁹² Serrão (1969: 55).

⁹³ Herculano (1837: 6).

nacionalidade»⁹⁴. Portugal era colocado em frente ao espelho da ciência histórica, ainda que romântica, e não se gostava daquilo que se via. Este declinismo conheceria um novo estímulo, vindo do exterior, com o «Ultimato» britânico de 1890, que tornou concreto e doloroso o rebaixamento do país, vergado e aviltado no seu orgulho pátrio. Este é geralmente visto como um elemento-chave no reforço da identidade nacional, abrindo um ciclo histórico em que a consciência da identidade portuguesa se alarga decisivamente a toda a população do país⁹⁵. A ideia de que a decadência teria que ser ultrapassada e redimida com um novo projecto de refundação nacional (já presente nos líderes da revolução liberal) ganhou assim cada vez mais força na passagem para o século XX. E essa ideia-chave acabou por se colar ao projecto republicano para Portugal, sobretudo nos seus adeptos mais idealistas e fervorosos. Contra a monarquia e contra a tutela inglesa, vistas como um verdadeiro «monstro» de duas cabeças, e forma concreta da decadência nacional, a república passou a ser vista como a única alternativa de redenção para Portugal⁹⁶. É esta a força motora daquele que irá ser apelidado «sebastianismo vermelho» («vermelho» porque radical e jacobino)⁹⁷, representado, por exemplo, na obra de Guerra Junqueiro. A pátria, moribunda («Que é da grandeza heróica do passado, Que é das torres d'outrora olhando o mar?!»), pode renascer através do republicanismo salvador, anunciado por um messias ressuscitado (no caso, Nuno Álvares Pereira) que restauraria Portugal num «ideal de pátria, transfigurar-nos-ia por encanto, de povo de chatins em povo de heróis, de mortos com direito ao cemitério, em gente viva com direito ao pão, com direito à luz»⁹⁸. Para o sebastianismo vermelho essa era a luz regeneradora da república almejada.

E este é também um período em que o nacionalismo português floresceu de várias formas, surgindo nacionalismos civis, religiosos e militares que muitas vezes se inter cruzavam uns com os outros. Este pendor nacionalista reflectia-se não só na formação de partidos políticos, mas na afirmação de movimentos

⁹⁴ Martins (1951: 90, 323-326).

⁹⁵ Ramos (2009: 565-595).

⁹⁶ Catroga (1994).

⁹⁷ Saraiva (1961: 253).

⁹⁸ Junqueiro (1896: 176, xvi).

cívicos reunidos à volta de acontecimentos marcantes da vida nacional, desde marcos da independência (como a Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640)⁹⁹, até à vida exemplar de heróis nacionais (como a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira)¹⁰⁰. Assim, dentro da atmosfera nacionalista da época, e já nas primeiras décadas do século XX, assiste-se a um robustecimento do tema do sebastianismo que pode ser visto de uma dupla maneira.

Primeiramente, assiste-se ao conflito entre visões históricas sobre o D. Sebastião histórico e ao papel do sebastianismo na história do país. Se Alexandre Herculano tinha sido benévolo com a figura histórica, um «mal-aventurado mancebo!... era uma alma nobre... quis ser descendente dos reis cavaleiros... no meio de uma nação de bufarinheiros»¹⁰¹, autores posteriores não lhe seguiram o rumo. O escritor Júlio Dantas, por exemplo, criticava o delírio de um D. Sebastião «epiléptico»¹⁰² (uma ideia em voga na época, desde o estudo que o médico Bento de Souza dedicou ao rei português)¹⁰³, enquanto Costa Lobo, num estudo analítico, não deixava no entanto de apontar ao rei uma «insanidade mental» que passou despercebida aos cronistas do seu tempo. Já o sebastianismo, não obstante ter contribuído para a reconquista da independência, era um «insano mito», uma «loucura», uma «aberração mental»¹⁰⁴. Mas seria António Sérgio, fazendo uso da sua racionalidade instrumental e impiedosa, que faria o mais duro ataque à figura do rei e ao sebastianismo, lançando as sementes para aquela que seria a segunda guerra sebastiana em Portugal. D. Sebastião seria um «inexcedível pedaço de asno», enquanto o sebastianismo, como um messianismo de clara influência judaica, não sendo exclusivo de Portugal, teria sempre sido, no entanto, um factor de atrofia e decadência. Só uma «reforma da mentalidade» poderia assim «salvar» Portugal do romantismo sebastianista: «não, senhores, não nascemos sebastianistas – e não queremos, positivamente não queremos, viver como se o fossemos!»¹⁰⁵ Esta visão negativa, que Sérgio repetiria

⁹⁹ Matos (2009) e Catroga (1994: 566).

¹⁰⁰ Leal (1998).

¹⁰¹ Herculano (1846: 42).

¹⁰² Dantas (275).

¹⁰³ Souza (1894).

¹⁰⁴ Lobo (2011 [1909]: 27, 33, 95).

¹⁰⁵ Sérgio (1980 [1917]: 241, 250).

noutras ocasiões, teria resposta em Carlos Malheiro Dias, um monárquico católico tradicionalista (e que por isso se diz defensor de um «sebastianismo branco»)¹⁰⁶, que, numa *Exortação à Mocidade*, criticaria o racionalismo ímpio e desprovido de ideais, que não entendia a mensagem profunda de D. Sebastião como símbolo máximo do Portugal antigo:

D. Sebastião foi uma reencarnação do Portugal do século XV: o seu misticismo, a sua bravura, a sua pureza reencarnadas. Como ele, quisera que tivésseis o ímpeto da luta, o ardor do ideal, a candura patriótica.

E, numa mensagem para a sua época, e para a I República, Malheiro Dias, vê no exemplo de D. Sebastião algo a ser seguido:

Combater! – eis o programa e o lema, mocidade. Combater a anarquia que nos dissolve; combater o egoísmo que nos degrada; combater os credos malsãos que nos desnaturam¹⁰⁷.

A segunda guerra sebástica continuaria com réplicas e tréplias por parte dos autores em vários fóruns, com Sérgio defendendo a sua «ética da razão» («crítica estrénuo e lucidez») contra a «ética do Romantismo» (como «preguiça do espírito»), enquanto Malheiro Dias punha a ênfase na incapacidade absoluta do racionalista em atingir o significado de D. Sebastião, pois

o Encoberto não é hoje o rei vencido pelos mouros; é Portugal flagelado pelas calamidades da hora presente, e que todos os patriotas de coração e consciência aspiram a ver reposto na estima e no conceito universais¹⁰⁸.

Antero de Figueiredo daria também a sua contribuição para a reabilitação histórica do rei português. De D. Sebastião, como escreveu no prefácio da sua biografia romanceada (dedicada a Carlos Malheiro Dias, em recordação da tarde em que «pisámos juntos a campina trágica de Alcácer-Quibir»), «tem-se dito o

¹⁰⁶ Saraiva (1961: 254).

¹⁰⁷ Dias (1925: 52).

¹⁰⁸ Dias (1925: LXXI).

pior!», lamentando o autor todas as «chocarrices de menosprezo com que tem sido etiquetada a ânsia patriótica, o sonho audaz deste ânimo potente e raro»¹⁰⁹. No final da obra, o escritor reafirma a perenidade do sebastianismo: «foi, é e será sempre o mesmo que nacionalismo». Relacionando-o com o messianismo, e num conselho aos «filhos de Portugal», Antero de Figueiredo exorta-os a não esperar por um Messias, mas a tentarem *ser* esse salvador:

Deste modo, num dado momento, a selecção histórica surgirá e elegerá, entre muitos como tu, um ser de escolha que reúna em síntese o são pensar e o nobre sentir comuns, mais as qualidades necessárias e excepcionais de organização, direcção e mando. E então esse que chamarás Messias será apenas uma cabeça mais alta¹¹⁰.

À época, a procura desse «messias» tinha-se intensificado, e também aí o tema do sebastianismo se fará sentir. Esse culto do salvador, umas vezes difuso, outras vezes concretizado em determinadas figuras históricas, como foram o caso de João Franco, no final da Monarquia, Afonso Costa e, sobretudo, Sidónio Pais, já durante a primeira experiência republicana, ajudou também a vivificar o sebastianismo desses tempos. A história de Sidónio Pais, e da sua curta «República Nova», é também a história da construção de um mito à volta do seu fundador e do movimento, o sidonismo, que, emergindo da figura histórica, acabou por a superar e perdurar no tempo como promessa de renascimento da pátria¹¹¹. O presidente Sidónio Pais era, nas palavras de um admirador, «um homem com tal estatura para ser chefe, que todos nós, sem o mínimo esforço, antes com o mais espontâneo respeito, como chefe o acatávamos e venerávamos»¹¹². E a morte desse chefe não matou o desejo de veneração por «grandes homens» tão sentido nas primeiras décadas do século XX.

Os homens que escreviam para a revista *Seara Nova*, republicanos e democratas, denunciaram muitas vezes o messianismo político que esses tempos incubavam. «Estamos preparando

¹⁰⁹ Figueiredo (1943 [1924]: XVI).

¹¹⁰ Figueiredo (1943 [1924]: 443).

¹¹¹ Torgal (2006: 9-11).

¹¹² Silva (2006: 361).

inconscientemente, por um processo psicológico, no mais íntimo recesso das nossas almas sebastianistas, o ambiente para aquela ditadura desconhecida», escreveria Raul Proença, «para aquela tirania ainda anónima de *Encoberto*, para o mistério, o inominado, a grande sombra e pesadelo do dia de amanhã. *Estamos chocando todos, mais ou menos, o grande aventureiro*»¹¹³. Esse culto do chefe redentor, que atravessa várias correntes ideológicas e partidos políticos, atingirá um grau elevado no nacionalismo de cariz fascista do *Nacionalismo Lusitano*. No periódico *A Ideia Nova*, o director Raul de Carvalho exprime essa procura pelo salvador:

Surja o homem que reúna em volta da sua personalidade as qualidades excepcionais que o tornem um ditador inteligente, apoiado por todos aqueles que não fujam na hora do perigo, e a nação inteira bendirá a hora solene em que esse homem apareça para salvar Portugal do perigo que nos ameaça¹¹⁴.

Para os nacionalistas lusitanos, esse homem, como não se cansavam de afirmar, era Cunha Leal. E também D. Sebastião é engrandecido como sempiterna referência de patriotismo. Na apresentação de *A Verdade*, Raul de Carvalho descreve o periódico como «o grito de revolta dos novos de Portugal que sem estarem manietados por partidos políticos apenas um ideal lhes ilumina a alma. É o ideal da pátria! Por ela lutou D. Sebastião em Alcácer-Quibir»¹¹⁵. E nas páginas da *Ditadura: Periódico do Fascismo Português*, João de Castro Osório, líder do Nacionalismo Lusitano, escrevia uma «Ode a D. Sebastião», o «Rei sempre Divino»: «Tu venceste a dor e a derrota, mostra de novo a Rota, que há-de seguir no mundo Portugal»¹¹⁶.

Como se vê, o clima espiritual do tempo, na banalização da ideia da necessidade, e urgência, da redenção do país levada a cabo por um chefe preparou o terreno para a vinda de Oliveira Salazar e do seu Estado Novo. António Ferro, que já no seu período modernista fazia o elogio do chefe (como o chefe fascista, Benito Mussolini), reafirmava no *Diário de Notícias* a necessidade do

¹¹³ Proença (1924: 153).

¹¹⁴ Carvalho (1923b).

¹¹⁵ Carvalho (1923a).

¹¹⁶ Castro (1923: 2).

«filme» Portugal ter um «realizador», um *metteur en scène*, e enquanto ele não se revelar, «um homem ou o espírito de alguns homens, a vida portuguesa continuará a marcar passo, a fingir que anda»¹¹⁷. Essa «espera» estava contudo a terminar e realizar-se-ia, para muitos, com o ditador português. A própria personagem histórica de D. Sebastião será exaltada, ao longo do Estado Novo, nas narrativas oficiais ou próximas do regime. O jornalista e intelectual Costa Brochado, na sua biografia do rei quinhentista, descreve-o como «flor imaculada do melhor patriotismo»¹¹⁸. E na comemoração dos 400 anos do nascimento do rei, em 1954, o *Diário da Manhã* insurgiu-se contra a detracção de D. Sebastião, essa «gentil e heróica figura» que foi «vítima da ira sanhuda da interpretação pseudo-crítico-histórica do demo-liberalismo»¹¹⁹. Dentro do espírito do lema «Tudo pela Nação, nada contra a Nação», também D. Sebastião era exemplo sublime de idealismo e patriotismo.

Sebastianismo na passagem para o século XXI

Com o 25 de Abril de 1974 iniciou-se um novo ciclo histórico. Esse momento de ruptura revolucionária do regime político (as transformações estruturais da sociedade portuguesa que a iriam transformar de uma sociedade rural para outra predominantemente urbana começaram antes, a partir da segunda metade do século XX), sobretudo no período inicial, devido à sua própria indefinição e instabilidade institucional, assim como às expectativas que a revolução gerou, propiciou a emergência de lideranças fortes e carismáticas, que, na opinião dos fiéis iriam endireitar o rumo da História de Portugal. Com maior ou menor intensidade, essa foi uma característica de grande parte dos partidos políticos da altura.

Como tinha sido habitual no passado, o tema do sebastianismo volta a ser abordado. Francisco Sousa Tavares, por exemplo, escrevendo n' *A Capital*, afirmou-se receoso do sebastianismo dominante nos partidos portugueses, «a verdade é que a esperança

¹¹⁷ Ferro (1932: 14 de Maio).

¹¹⁸ Brochado (1941: 40).

¹¹⁹ Alferrara (1954).

messiânica do homem providencial é uma constante da ansiedade colectiva e é, sem dúvida, o cartaz mais atractivo para uma mobilização política do povo português». Sousa Tavares lamentava os seus perigos para a jovem democracia portuguesa: «eu não creio na instauração de uma democracia assente numa galeria-de-homens-providência»¹²⁰. Sensivelmente na mesma altura é publicado um livro pela Secretaria de Estado da Comunicação Social dedicado ao *Sebastianismo: breve panorama dum mito português* onde, entre outros excertos é reimpressa a análise «não romântica» de António Sérgio¹²¹. A própria cultura anárquica do tempo, que se autopromovia em *graffitis* pelos muros de todo o país, também sentiu necessidade de glosar o tema sebastianista, com a sátira (e crítica das mentalidades) presente no *slogan*: «Já não há eleições, D. Sebastião volta para a semana!» Um bom retrato desse sebastianismo pós-revolucionário é-nos dado, por exemplo, por João Rosa, no jornal *Tempo*:

Ele há-de, um dia, revelar-se: o líder do nosso descontentamento, da nossa revolta, do nosso desespero, da nossa impotência de homens a quem se vilipendia a humanidade... Ele há-de, um dia, revelar-se. Ainda que não seja outro que alguém que já conheçamos mas sem podermos saber que é ele... Ele há-de, um dia (ainda a tempo?), finalmente, revelar-se. E chamar-lhe-emos, por exemplo, Presidente¹²².

Com a progressiva consolidação do regime, e com a transformação do papel da liderança e a necessidade dos chefes políticos dividirem o poder executivo com outros agentes, dentro e sobretudo fora do país, poder-se-á dizer que se esbateu o messianismo político, ou pelo menos, a esperança generalizada (que na I República se fez sentir), que o líder, sozinho, e contando apenas com a sua excepcionalidade, possa regenerar Portugal. É mais difícil, hoje, identificar o «chefe que mande». Pelo menos é essa a fase histórica que atravessamos.

Mesmo que Alfredo Margarido, já no Portugal dos anos 90 do século passado, afirme que «falta-nos hoje, como ontem e até

¹²⁰ Sousa Tavares (1996 [1978]: 422-423).

¹²¹ Secretaria de Estado da Comunicação Social (1978).

¹²² Rosa (1978: 3-4).

anteontem, uma boa certidão de óbito de D. Sebastião», criticando a forma como se «hipersensibiliza o papel do chefe» na democracia portuguesa¹²³. E mesmo que, em momentos de crise, como aquela que abala Portugal no início do século XXI, surjam apelos, de todos os quadrantes políticos e sociais (e religiosos), para a necessidade de líderes de qualidade, lamentando-se a sua ausência na pátria desditosa¹²⁴. Aliás, uma esmagadora maioria dos portugueses (um inquérito de 2011 coloca a percentagem em 87%) considera a liderança uma das dimensões essenciais da democracia¹²⁵. Por outro lado, o tema sebastianista permaneceu no discurso político. É quase um ritual português falar-se em sebastianismo cada vez que um líder partidário se afasta (o partido fica «órfão»), ou quando regressa, e até na comparação das chefias políticas do presente com as do passado. Esse rito discursivo é, de tempos a tempos, actualizado.

A própria figura histórica de D. Sebastião é alvo de inesgotável interesse, académico e jornalístico. De tempos a tempos surgem novas revelações, seja sobre a sua vida íntima, seja sobre a sua hipotética sobrevivência. Barrilaro Ruas, nas páginas do *Correio da Manhã*, aventou a possibilidade de D. Sebastião ter deixado descendência no norte de África, que iria até à actriz Amélia Rey Colaço, cuja família viveu em Marrocos, referindo a «parecência extraordinária entre Amélia Rey Colaço, quando jovem, e o retrato mais famoso do Rei D. Sebastião»¹²⁶. A inexistência de compradores para um (suposto) retrato do rei português num leilão foi notícia nos jornais portugueses¹²⁷. A tese do «D. Sebastião de Veneza» ganhou mesmo novo ímpeto no século XXI. E aventa-se a possibilidade de a sepultura do verdadeiro rei se encontrar em Limoges, na França¹²⁸. Há mesmo historiadores que, «em nome da ciência», querem fazer um exame de ADN às supostas ossadas do rei e, assim, presumem, «acabar de vez com o mito sebastiânico»¹²⁹. Quando se trata de D. Sebastião, a expressão «descanse em paz» é incorrigivelmente optimista.

¹²³ Margarido (1990: 113-114).

¹²⁴ Por exemplo, Sobral (2010); Coutinho (2011); Marto (2011) e Baptista (2011).

¹²⁵ Pinto *et al.* (2011).

¹²⁶ Ruas (1989: 27).

¹²⁷ *Público* (2011).

¹²⁸ *Correio da Manhã* (2011) e *O Interior* (2010).

¹²⁹ *Público* (2007).

Sebastianismo para além do nacionalismo

O sebastianismo sempre foi mais do que simples nacionalismo. A sua origem, e natureza, como religião cívica, que integra mas supera esse nacionalismo, deu-lhe desde o início uma orientação universalista. A noção de povo eleito que iria regenerar não só a pátria mas *todas* as pátrias fez com que a procura sebastianista do chefe imaginário corresponda, também, à procura de um país imaginado, como cume do mundo¹³⁰. Este providencialismo histórico de Portugal, e que foi reafirmado pelo quinto-imperialismo do padre António Vieira, será actualizado por outros profetas da religião sebastianista até à época contemporânea.

O movimento saudosista no alvor do século XX mostra esse carácter expansivo e universalista da religião cívica portuguesa. Ele está presente em Afonso Lopes Vieira que, na *Demanda do Graal*, anuncia que a última encarnação do Encoberto é o ressurgimento de Portugal como condutor da humanidade: «E, vindo da sua História, da sua Dor, das qualidades dormentes nas rosas do seu Povo, Portugal pode e deve ser, outra vez ainda, herói e guia»¹³¹. Mas será Teixeira de Pascoaes, e o seu movimento da *Renascença Portuguesa* que, partindo da identidade única de Portugal (de que a saudade é elemento propulsor e o sebastianismo manifestação da «alma pátria»¹³²) afirmará o potencial de Portugal para, depois de séculos de desnorte (de decadência e estrangeirismo), gerar uma nova civilização, que ele chama de «Era Lusíada», um império do espírito e da cultura. Os portugueses são «este messiânico Povo que tendo dado à humanidade o mundo físico, compete-lhe dar agora o novo mundo moral». O nacionalismo de Pascoaes, através do conceito de nação eleita, elemento-chave da religião sebastianista («futuro sol da Renascença»¹³³), mira uma nova civilização que é supranacional¹³⁴. «Acreditai (é preciso acreditar)», exorta Pascoaes, «que a nova Luz religiosa, libertadora, que o ser humano espera, será de origem lusíada, camoniana, sebastianista»¹³⁵. É esta a mensagem final contida na sua portugalidade.

¹³⁰ Sobre este ponto, ver Albuquerque (2002: 316-317) e Lourenço (2011: 14).

¹³¹ Vieira (1922: 324-325).

¹³² Pascoaes (1915: 104).

¹³³ Pascoaes (1915: 145).

¹³⁴ Ver o excelente artigo de Soares (2009: 49); Pascoaes (1988).

¹³⁵ Pascoaes (1988: 164).

Desde cedo que Fernando Pessoa, influenciado originalmente pelo movimento saudosista, buscou aquilo que ele chamou de «renascença da vida nacional»¹³⁶. Esse renascimento teria, forçosamente, de ter bases religiosas e, por isso, Pessoa via no sebastianismo uma forma superior de realizar esse renascimento. Para Pessoa, o sebastianismo era o «único religiosismo verdadeiramente português». Ele era um fenómeno religioso nacional e popular, porque «ninguém sabe como ele nasceu nem de quem»¹³⁷. Pessoa estudou e interpretou as trovas de Bandarra (tinha em casa duas cópias)¹³⁸, mas criticava os exegetas anteriores por não terem compreendido o significado simbólico de D. Sebastião: o seu reino sobre o mundo será espiritual e não material. É essa a pátria ideal e a sua realização significará o regresso de D. Sebastião. E este quinto império representa a missão portuguesa no mundo:

Os que querem um Portugal honesto, feliz, rico e honrado, querem a negação da acção civilizacional portuguesa, querem que desçamos ao burguesismo nacional de uma pseudo-nação como a Suíça ou a Bélgica, querem que abandonemos o nosso grande papel na construção do novo mundo, que abduquemos de realizar em espírito aquilo que realizámos outrora em corpo... mais alta é a missão portuguesa do que tudo quanto possa sugerir a barriga dos portugueses... mais alta é a obra¹³⁹.

O sebastianismo, em Pessoa, transforma-se num projecto colectivo de regeneração do mundo. Será essa a «obra» portuguesa, um novo império do espírito e o seu contributo ímpar para a história universal.

Mas Pessoa não foi o último dos profetas da religião sebastianista. Agostinho da Silva, por exemplo, e o seu ideal da lusofonia como realização suprema de um Portugal predestinado também se insere nesta corrente de pensadores que pensaram e vaticinaram o papel do país no mundo numa chave sebastianista. A esse novo domínio do espírito, que purificará a humanidade,

¹³⁶ Pessoa (2011: 55).

¹³⁷ Pessoa (2011: 56).

¹³⁸ Pessoa (2011: 20-21).

¹³⁹ Pessoa (2011: 109).

Agostinho da Silva deu-lhe o nome de Idade do Espírito Santo. Partindo da vocação universalista e ecuménica dos portugueses, essa futura comunidade transnacional, de que a lusofonia é um embrião poderoso, realizará a união fraternal e harmónica entre todos os povos. Esse império será humanista e assente no espírito e na liberdade, em vez da desumanização das sociedades actuais assentes na riqueza material, no egotismo, na desunião. É a ilha dos Amores, de Camões, reactualizada para o século XXI. Mais uma vez, o providencialismo português na base de uma sociedade do futuro, desta vez utópica; e sempre apontando para o império transnacional do espírito como última metamorfose, e destino, do sebastianismo luso¹⁴⁰.

Sebastianismo e identidade nacional

Naquele que, no início do século XX, foi um estudo pioneiro sobre o sebastianismo, o historiador João Lúcio de Azevedo viu no sebastianismo uma «feição inseparável da alma portuguesa»¹⁴¹. A identidade nacional portuguesa estaria assim ligada ao sebastianismo e, mais tarde, outros autores veriam nele uma marca distintiva da consciência nacional portuguesa. António Quadros, na sua defesa da personalidade portuguesa, diferente de qualquer outra, definiu o sebastianismo como «um dado característico e distintivo da nossa psicologia sul-atlântica»¹⁴². Esta ênfase na psicologia social portuguesa, ou seja, na maneira de ser portuguesa, naquilo que define e distingue o «ser» português, manifestou-se ao longo do século XX por estudos de caracterologia, visando definir o perfil psicológico do carácter português. Embora uns sejam mais rigorosos do que outros, aos portugueses foram atribuídas características como o lirismo, o idealismo, o saudosismo, a emotividade, a improvisação ou desenrascão (o «chico-espertismo») e a «esperteza

¹⁴⁰ Ver Silva (1994); Martins (2008) e Sousa (2006: 31-41).

¹⁴¹ Azevedo (1984: 7). Opinião semelhante, do sebastianismo como um mito «incrustado no fundo da alma nacional», tem Francisco de Sales de Mascarenhas Loureiro (1970: 266, 276).

¹⁴² Quadros (2001: 345).

saloia»), a capacidade de adaptação, o espírito de imitação ou a falta de persistência, entre outras¹⁴³. Estes seriam alguns dos elementos diferenciadores dos portugueses relativamente a outros povos.

Se para muitos o carácter nacional, como uma originalidade positiva, é de louvar, para outros encerra problemas e atavismos que impedem o progresso do país. Ruben A. escreveu um dia que os portugueses eram

chulos de nomes ilustres... O nosso único orgulho é baseado naquilo que os antepassados fizeram... E nos cafés, de alto a baixo do País, continuamos a ser geniais, descobrimos novos mundos sentados à mesa da má-língua¹⁴⁴.

Num outro contexto, outros autores vêm na permanência do sebastianismo nos portugueses (como crença em pessoas e soluções salvadoras) uma das razões que impedem Portugal de sair do seu provincianismo, de ser moderno, de dar um pontapé no fatalismo e abraçar o mundo¹⁴⁵. Tratar-se-ia mesmo de uma forma de «autocolonização»¹⁴⁶. Acima de tudo, aquilo que se vitupera é o excesso de interpretação mítica do país, que se reflecte quer no suposto providencialismo histórico de Portugal, quer na definição de traços essenciais e inalteráveis do carácter nacional português. Tudo isso é visto como uma ficção, uma fabricação das elites, uma forma paternalista de pensar o «bom povo», e um testemunho quer de desconhecimento das realidades culturais, quer do atraso da investigação científica do país, que justificariam a proliferação de especulações míticas sobre Portugal e os portugueses¹⁴⁷. Para que Portugal verdadeiramente progrida, de acordo com esta corrente de pensamento, é preciso anular o peso do mito e estabelecer o espírito crítico como único critério de verdade; e assim, a excepcionalidade de Portugal será negada, a crença num «destino» português descartada e, de uma forma fria e lúcida, se poderá afirmar que

¹⁴³ Por exemplo, Pascoaes (1915: 113-132); Dias (2004); Cunha Leão (2007); Mattoso (2008: 97-109) e Real (2012: 112-113).

¹⁴⁴ Ruben A. (2007 [1981]: 193).

¹⁴⁵ Martins (2007).

¹⁴⁶ Cardina (2012: 213).

¹⁴⁷ Santos (1999).

Portugal, finalmente, depois de séculos de mitos e poesia sobre a sua história, é, afinal, um «país como os outros!»¹⁴⁸

Este «pensar Portugal» debaixo das luzes do racionalismo, não é, contudo, isento de problemas. «Tão mau é o despotismo do mito como o da razão», avisou um dia o historiador Martim de Albuquerque¹⁴⁹. Ao contrário do racionalista impiedoso, ser racional não exclui que se deva dar importância a toda uma dimensão não-material na vida das comunidades, feita de emoções, símbolos e, sim, mitos. A desvalorização de todo esse campo imaterial e simbólico corre o risco de constituir também uma forma de cegueira e de incompreensão do poder que essa dimensão exerce na formação, e na mobilização, de sentimentos colectivos. Nem seria cientificamente rigoroso o menosprezo de todo esse «repositório psíquico» de «temas, ideias, valores, fantasias, imagens, símbolos, mitos e lendas»¹⁵⁰ e a forma como ele ajudou a moldar a consciência nacional portuguesa, mais a mais, sabendo-se que essas «fontes sagradas» da nacionalidade desempenharam um papel fundamental, ao longo do tempo, na formação das nações¹⁵¹. Isso não significa que essa base imaterial tenha permanecido inalterável. Mas o facto de a identidade nacional ser uma construção cultural, que se vai fazendo ao longo dos tempos, não impede que se reconheça o papel de temas míticos no seu desenvolvimento. É legítimo não concordar com o sebastianismo. Ver nele um erro. Mas não é por ele ser visto como falso que deixa de ser consequente. E o sebastianismo teve consequências na realidade empírica do país, ao longo dos tempos, com maior ou menor força, da política à cultura. Desde logo, como ideologia de resistência popular e nacional, mas também como incubador de messianismos políticos. E, sobretudo, a sua natureza como religião cívica ajudou a sedimentar a consciência nacional, o sentimento de pertença a um colectivo, que se julgava, e sentia, diferente de outros. Tão especial e diferente que, para alguns, no plano cultural, devia abarcar todo o mundo. E reconhecer o contributo histórico do sebastianismo não é cair no sentimentalismo fácil. Pelo contrário. É fazer o mais difícil. É pensar Portugal como um todo, em vez de o pensar de costas voltadas, seja para a razão, seja para o mito.

¹⁴⁸ Barreto (2009: 25).

¹⁴⁹ Albuquerque (2000: 324).

¹⁵⁰ Mazlish (1990: 253).

¹⁵¹ Smith (2010: 153-157). Ver também Sobral (2003).

BIBLIOGRAFIA

- A., Ruben. 2007 [1981]. *O Mundo à Minha Procura II*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Actas das Cortes de Lamego*. 1139. http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1139_acta_das_cortes_de_lamego.htm
- ALBUQUERQUE, Martim de. 2000. *Estudos de Cultura Portuguesa*, 2.º vol. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- 2002. *Estudos de Cultura Portuguesa*, 3.º vol. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ALFERRARA, Pedro de. 1954. «Há 400 anos nasceu D. Sebastião». *Diário da Manhã*, 20 de Janeiro.
- ALMEIDA, Justino Mendes de. 2005. «O epitáfio de D. Sebastião nos Jerónimos», in *Colóquio: o Sebastianismo, Política, Doutrina e Mito (Sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 359-60.
- ARAÚJO, Ana Cristina. 2000. «Dirigismo Cultural e Formação das Elites no Pombalismo», in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coordenado por Ana Cristina Araújo. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 9-40.
- AZEVEDO, João Lúcio de. 1984 [1918]. *A Evolução do Sebastianismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- BANOS-GARCIA, Antonio Villacorta. 2006. *D. Sebastião: Rei de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- BAPTISTA, Telmo Mourinho. 2011. «Bastonaário dos Psicólogos diz que políticos não estão a ajudar os portugueses a enfrentar a crise». *Lusa*, 22 de Maio.
- BARATA, Maria do Rosário Themudo. 2005. «As crises e o Sebastianismo. A propósito de José Agostinho de Macedo», in *Colóquio: o Sebastianismo, Política, Doutrina e Mito (Sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 329-338.
- BARRETO, António. 2009. «Era uma vez Portugal...» i, 24 de Dezembro, pp. 24-25.
- BERNARDES, Diogo. 1946. *Obras Completas*, vol. 1. Com prefácio e notas do Prof. Marques Braga. Porto: Livraria Sá da Costa.
- BESSA-LUÍS, Agustina. 2010 [2006]. *Fama e Segredo na História de Portugal*. Lisboa: Guerra e Paz.
- BESSELAAR, José van den. 1987. *O Sebastianismo: História Sumária*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura.

- BETHENCOURT, Francisco. 1991. «A sociogénese do sentimento nacional», in *Memória da Nação*, organizado por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. Lisboa: Livraria Sá da Costa, pp. 473-503.
- BROCHADO, Costa. 1941. *D. Sebastião: O Desejado*. Lisboa: Editorial Império.
- CARDINA, Miguel. 2012. «Desportugalizar Portugal», in *Reinventar Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 207-214.
- CARVALHO, José Adriano de F. 1993. «Um profeta de corte na Corte. O caso (1562-1576) de Simão Gomes, o “Sapateiro Santo”». *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, pp. 233-260.
- CARVALHO, Raul. 1923a. «Pela Pátria!», *A Verdade*, 2 de Julho, n.º 92. — 1923b. «A Nossa Atitude», *A Ideia Nova*, 23 de Agosto, n.º 1.
- CASTRO, João de. 1923. «Ode a D. Sebastião». *Ditadura: Periódico do Fascismo Português*, 25 de Dezembro.
- CATROGA, Fernando. 1994. «Nacionalistas e Iberistas», in *História de Portugal*, quinto volume, direcção de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 563-567.
- COHN, Norman. 1970 [1961]. *The Pursuit of the Millennium*. New York: Oxford University Press.
- Correio da Manhã*. 2011. «D. Sebastião foi preso em Itália», 13 de Dezembro.
- COSTA, Leonor Freire e CUNHA, Mafalda Soares da. 2008. *D. João IV*. Lisboa: Temas e Debates.
- COSTA LOBO, António. 2011 [1909]. *Origens do Sebastianismo: História e Perfiguração Dramática*. Lisboa: Texto Editores
- COUTINHO, João Pereira. 2011. «Os vingadores», *Correio da Manhã*, 17 de Abril.
- CRUZ, Maria Augusta Lima. 2009. *D. Sebastião*. Lisboa: Temas e Debates.
- CURTO, Diogo Ramada. 1994. «Língua e memória», in *História de Portugal*, terceiro volume, direcção de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 357-373.
- DANTAS, Júlio. 1914. *Pátria Portuguesa*. 6.ª edição, 1940, Lisboa: Bertrand.
- DIAS, Carlos Malheiro. 1925. *Exortação à Mocidade*. Nova edição. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora.
- DIAS, Jorge. 2004. *O Essencial Sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Reimpressão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

- DUNHAM, Samuel Astley. 1833. *History of Spain and Portugal, Volume V*. Philadelphia: Carey, Lea, & Blanchard.
- FERRO, António. 1932. «Falta um realizador...». *Diário de Notícias*, 14 de Maio.
- FIGUEIREDO, Antero. 1943 [1924]. *D. Sebastião, Rei de Portugal (1554-1578)*. 9.ª edição revista. Lisboa: Bertrand.
- GIVENS, Bryan. 2011. *Judging Maria de Macedo: A Female Visionary and the Inquisition in Early Modern Portugal*. Baton Rouge: Louisiana State University Press.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. 2009. *Ensaios e Estudos: Uma Maneira de Pensar*, vol. 1. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- HERCULANO, Alexandre. 1837. «A Voz do Profeta», in *Opúsculos*, tomo I: *Questões Públicas*. Lisboa: Viúva Bertrand & C.ª.
- 1846. «Cogitações soltas de um homem obscuro», in *Opúsculos*, tomo VI: *Controvérsias e Estudos Históricos*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand.
- HERMANN, Jacqueline. 2010. «O sebastianismo nas Guerras Peninsulares: a guerra sebástica contra as tropas francesas», in *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, organizado por José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro e José Vicente Serrão. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 483-510.
- JUNQUEIRO, Guerra. 1896. *Pátria*. 1.ª edição. (ed. de autor). Porto: [s. n.].
- LEAL, Ernesto Castro. 1998. *A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*. *Análise Social*, vol. XXXIII (148), (4.º), pp. 823-851.
- LEÃO, Francisco Cunha. 2007. *Do Homem Português: Ensaios*. Lisboa: Guimarães Editores.
- LOURENÇO, Eduardo. 2011 [1982]. «Prefácio – Sebastianismo: imagens e miragens», in *Origens do Sebastianismo: História e Perfiguração Dramática*, A. Costa Lobo. Lisboa: Texto Editores, pp. 9-18.
- LOUREIRO, Francisco de Sales de Mascarenhas. 1970. «O sentido ideológico do Sebastianismo». *Revista das Ciências do Homem*. Lourenço Marques, Junho, pp. 255-278.
- LOUSADA, Maria Alexandre e FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. 2009. *D. Miguel*. Lisboa: Temas e Debates.
- MACHADO, Diogo Barbosa. 1736. *Memórias para a História de Portugal*, tomo I. Lisboa: José António da Silva.
- MACHADO, José Pedro. 1992. «Pedro de Mariz (1550?-1615)». *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV. Direcção de Joel Serrão. Reimpressão. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 201.

- MARGARIDO, Alfredo. 1990. «Messianismo e Utopia». *Finisterra: Revista de Reflexão e Crítica*, n.º 4, Inverno, pp. 112-14.
- MARQUES, João Francisco. 2005. «A primeira jornada de D. Sebastião a Marrocos, no Verão de 1574, e a actuação dos pregadores portugueses», in *Colóquio: o Sebastianismo, Política, Doutrina e Mito (Sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 153-183.
- 2010 [1986]. *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MARTINS, Guilherme de Oliveira. 2007. *Portugal. Identidade e Diferença*. Lisboa: Gradiva.
- MARTINS, Oliveira [1879]. 1951. *História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Guimarães Editores.
- MARTINS, Rui. 2008. «Do futuro da lusofonia». *Nova Águia: Revista de Cultura para o Século XXI*, n.º 2, 2.º semestre, pp. 63-68.
- MARTO, D. António. 2011. «Precisamos de uma nova liderança com nova visão». *Notícias do Centro*, 14 de Janeiro.
- MATOS, Sérgio Campos. 2009. «Hispanofobia e nacionalismo – A Comissão 1.º de Dezembro e a memória de 1640 (1861-1926)». Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social: http://web.letras.up.pt/aphes29/data/8th/SergioCamposMatos_Texto.pdf.
- MATTOSO, José. 1993. *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa.
- 2008. *A Identidade Nacional*. 4.ª edição. Lisboa: Gradiva.
- MAZLISH, Bruce. 1990. *The Leader, the Led, and the Psyche*. Hanover: University Press of New England.
- MEDINA, João. 1993. «O Sebastianismo – exame crítico dum mito português», in *História de Portugal*, vol. VI, dirigida por João Medina. Alfragide: Clube Internacional do Livro, pp. 251-386.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. 2009. «Idade Moderna (séculos XV-XVIII)», in *História de Portugal*, coordenada por Rui Ramos. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- MORENO-CARVALHO, Francisco. 2011. *Jacob Rosales/Manoel Bocarro Francês: Judaísmo, Sebastianismo, Medicina e Ciência na Vida Intelectual de um Médico Judeu Português do Século XVII*. São Paulo: USP.
- O Interior. 2010. «Manuel Grândara defende em Trancoso que D. Sebastião morreu em Limoes», 25 de Fevereiro.
- OLIVEIRA, V. A. de. 1990. «A Imagem de D. Sebastião através dos seus epítetos». *Revista ICALP*, vol. 20 e 21, Julho-Outubro, pp. 51-70.

- OLIVEIRA, Vítor Amaral. 2002. *Sebástica: Bibliografia Geral sobre D. Sebastião*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade.
- PASCOAES, Teixeira de. 1915. *Arte de ser Português*. 2.ª edição. Porto: Renascença Portuguesa.
- 1988. *A Saudade e o Saudosismo: Dispersos e Opúsculos*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- PEREIRA, Belmiro Fernandes. 1991-1992. «A fama portuguesa no ocaso do império: A divulgação europeia dos feitos de D. Luís de Ataíde». *Humanitas*, n.º 43-44, pp. 47-73.
- PESSOA, Fernando. 2011. *Sebastianismo e Quinto Império*. Edição, introdução e notas Jorge Uribe e Pedro Sepúlveda. Lisboa: Ática.
- PINTO, António Costa et al. 2011. «A Qualidade da Democracia em Portugal: A Perspectiva dos Cidadãos», Novembro, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- PROENÇA, Raul. 1924. «A Ditadura». *Seara Nova*, n.º 32, 1 de Março, pp. 153-55.
- Público*. 2007. «Historiadores querem acabar com o mito de D. Sebastião», 11 de Abril.
- 2008. «Ruy Belo: Portugal não foi o país possível», por Alexandra Lucas Coelho, 8 de Agosto, pp. 4-5.
- 2011. «Retrato de D. Sebastião não teve compradores em leilão», 7 de Dezembro.
- QUADROS, António. 2011 [1982]. *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*. Lisboa: Guimarães Editores.
- RAMALHO, Américo da Costa. 2005. «D. Sebastião na literatura novilatina do seu tempo: André de Resende e D. Sebastião», in *Colóquio: o Sebastianismo, Política, Doutrina e Mito (Sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 349-558.
- RAMOS, Rui (coord.). 2009. *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- RAPOSO, Hipólito. 1940. *Amar e Servir: História & Doutrina*. Porto: Livraria Civilização.
- REAL, Miguel. 2007. *A Morte de Portugal*. Porto: Campo das Letras.
- 2012. *A Vocaçãõ Histórica de Portugal*. Lisboa: Esfera do Caos.
- ROSA, João. 1978. «Recusar a farsa». *Tempo*, 3 de Agosto, pp. 3-4.
- RUAS, Barrilaro. 1989. «O sebastianismo faz falta no momento que atravessamos». *Correio da Manhã*, 12 de Janeiro, pp. 26-27.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 1999. *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. 7.ª edição. Porto: Edições Afrontamento.

- SANTOS, Valdez dos. 2005. «A morte de el-rei Dom Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir», in *Colóquio: o Sebastianismo, Política, Doutrina e Mito (Sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 143-152.
- SARAIVA, António José. 1961. *Para a História da Cultura em Portugal, vol. 1*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- SCOTT, James C. 1992. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven, Ct: Yale University Press.
- Secretaria de Estado da Comunicação Social. 1978. *O Sebastianismo: Breve Panorama dum Mito Português*. Lisboa: Terra Livre.
- SÉRGIO, António. 1980. *Obras Completas: Ensaios*, tomo I. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. 2005. «D. Sebastião à luz dos seus itinerários», in *Colóquio: o Sebastianismo, Política, Doutrina e Mito (Sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 13-38.
- SERRÃO, Joel. 1969. *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, Agostinho da. 1994. *Conversas com Agostinho da Silva*, Victor Mendanha. Lisboa: Pergaminho.
- SILVA, Armando Malheiro da. 2006. *Sidónio e Sidonismo*, vol. 2: *História de um Caso Político*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SILVA, José de Seabra da. 1767. *Dedução Chronologica, e Analytica. Parte Primeira, na qual se manifestão pela successiva serie de cada hum dos Reynados da Morarquia Portugueza, que decorrêrão desde o Governo do Senhor Rey D. João III. até o presente, os horrorosos estragos, que a Companhia denominada de Jesus fez em Portugal, e todos seus Domínios, por hum Plano, e Systema por ella inalteravelmente seguido desde que entrou neste Reyno, até que foi d'elle proscripta, e expulsa pela justa, sabia, e providente Ley de 3. de Setembro de 1759*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa.
- SMITH, Anthony. 2010. *Nationalism: Theory, Ideology, History*. Cambridge, UK: Polity Press.
- SOARES, Ernesto. 1929. «D. Sebastião no Limoeiro», in *Portucale - Revista Ilustrada de Cultura Literária, Científica e Artística*, volume II, n.º 11, Setembro-Outubro, pp. 345-349.
- SOARES, Maria Luísa de Castro. 2009. «Ser Português e Ser Universal na obra de Teixeira de Pascoaes». *Nova Águia: Revista de Cultura para o Século XXI*, n.º 4, 2.º Semestre, pp. 48-56.
- SOBRAL, Fernando. 2010. «Há aí um líder, sff?». *Jornal de Negócios*, 20 de Janeiro.

- SOBRAL, José Manuel. 2003. «A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português.» *Análise Social*, vol. XXXVII (165), pp. 1093-1126.
- SOUSA, Antónia de. 2006. «O Portugal de Agostinho da Silva», in *Memoriam de Agostinho da Silva*, organização de Renato Epifânio, Romana Valente Pinho e Amon Pinho Davi. Corroios: Zéfiro, pp. 31-41.
- SOUSA, Manuel de Faria e. 1680. *Europa Portuguesa*, tomo III, 2.ª edição. Lisboa: Antonio Craesbeeck.
- SOUSA, Maria Leonor Machado de. 2005. «Seriam falsos todos os D. Sebastião?». in *Colóquio: o Sebastianismo, Política, Doutrina e Mito (Sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 265-276.
- SOUSA, Manoel Bento de. 1894. *O Doutor Minerva (Crítica do Ensino em Portugal)*. Lisboa: M. Gomes Editor.
- SOUSA TAVARES, Francisco. 1996. *Escritos Políticos II*. Porto: Mário Figueirinhas.
- TORGAL, Luís Reis. 1981. *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, vol. I. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade.
- 1982. *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, vol. II. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade.
- 2006. «Prefácio», in *Sidónio e Sidonismo*, vol. 1: *História de uma Vida*, Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 9-11.
- VASCONCELOS, Maria Emília de. 1989. «Miguelismo no Alto-Minho». *Cadernos Vianenses*, 13. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, pp. 113-137.
- VELLOSO, Queiroz. 1935. *D. Sebastião*. 2.ª edição. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- VENTURA, Margarida Garcez. 2005. «O “rei da Ericeira”: um entremez de várias esperanças», in *Colóquio: o Sebastianismo, Política, Doutrina e Mito (Sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 215-247.
- VIEIRA, Afonso Lopes. 1922. *Em Demanda do Graal*. Lisboa: Portugal Brasil Lda. Sociedade Editora.
- VIEIRA, António. 1642. *Sermão de São José*. 19 de Março. http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1642_pav_sermao_jose.htm